



# Sobre quem pesa?

**Reforma trabalhista** Por alguns tratada como uma modernização da Consolidação das Leis Trabalhistas, por outros vista como uma tentativa de precarização do trabalho, a reforma pode ser aprovada ainda neste ano. A proposta prevê a mudança de 12 pontos da CLT, tendo como pilar os acordos entre sindicatos trabalhistas e patronais. Entre as modificações estão a flexibilização da jornada, a divisão das férias em três períodos e a adoção de contratos temporários de trabalho mais longos. Empresários, sindicalistas, juristas e economistas opinam sobre controverso tema. *CadernoJU*

MICHAEL APPLE

## Pensador discute os desafios para a construção de uma educação democrática e crítica

P9

CULTURA

## Estudantes levam espetáculo a festival



Durante 12 dias, cantores, instrumentistas, compositores e maestros estiveram reunidos em Pelotas para o 7.º Festival SESC de Música. Professores e estudantes da Universidade participaram das atividades pedagógicas e também integraram a programação de concertos sinfônicos e de câmara que se espalhavam pela cidade. Nas noites, o palco do Teatro Guarany recebia os espetáculos convidados e, entre eles, estava *Missa do Orfanato: tempos de solidão*, uma montagem que combina música, teatro, dança e artes visuais e que foi idealizada por docentes e alunos do Instituto de Artes a partir da composição de Mozart. **P13**

MULHERES

## Greve pela igualdade

A convocação de uma paralisação mundial de mulheres para este mês pretende mostrar o quanto elas têm um papel fundamental no desenvolvimento de atividades diversas. Esse ato busca levar adiante a histórica luta por um patamar igualitário de exercício de poder e de valorização e remuneração pelo trabalho. O movimento une as causas comuns dos grupos feministas em escala global para garantir direitos e prevenção à violência; posiciona-se, assim, como forma de resistência à onda que considera retrocesso nesse campo. **P5**

ALZHEIMER

## Diagnóstico precoce

Pesquisas desenvolvidas no Departamento de Bioquímica da UFRGS sobre técnicas de neuroimagem buscam descobrir o uso de novos radiofármacos para diagnosticar e monitorar a progressão da doença de Alzheimer. Uma dessas investigações, realizada por Eduardo Zimmer com a orientação de Luis Valmor Portela, esteve entre as ganhadoras do Prêmio Capes de Tese de 2016. Antes de 2004, esses exames só podiam ser feitos por meio da análise física do cérebro quando o paciente vinha a óbito. **P11**

Comércio exterior

Artigo analisa onda de protecionismo mercantilista que atinge países desenvolvidos **P10**

Carnaval

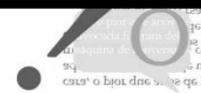
Historiador prevê a retomada da força comunitária para romper dependência com poder público **P4**

Esportes

Associações Atléticas realizam campeonatos dentro e fora da Universidade **P6**

Águas

Esgoto não tratado nos centros urbanos continua sendo o principal problema brasileiro **P8**



## Espaço da Reitoria

Vladimir Pinheiro do Nascimento  
Pró-reitor de Graduação

### Excelência acadêmica e inclusão social

A excelência demonstrada pela UFRGS nas avaliações nacionais e internacionais tem sido em boa medida um reflexo da qualidade de seus cursos de graduação, a qual, associada ao desempenho da pós-graduação, permite que a Universidade se mantenha, por exemplo, entre os primeiros lugares do país, de acordo com o IGC/INEP/MEC. Esse ensino superior qualificado se apoia fundamentalmente não só na qualificação e dedicação de seus corpos docente e técnico-administrativo, mas também no excelente preparo e desempenho de nossos estudantes.

No que tange à composição desse corpo discente, nossa universidade foi uma das pioneiras no país na instituição de ações afirmativas, tendo o CONSUN aprovado em 2007, cerca de cinco anos antes da própria legislação federal (agosto/2012). Essa política de inclusão social, para que seja executada adequadamente, frutifique e atinja seus objetivos tal como se espera, necessita de um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas universidades, em especial para que os alunos beneficiados por essa ação

afirmativa possam desempenhar todo seu potencial acadêmico e pessoal, mas também para que o ingresso ocorra de forma absolutamente correta e dentro dos parâmetros legais.

Especificamente no tocante ao ingresso, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), em conjunto com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF), vêm promovendo melhorias nos procedimentos de análise acadêmica e socioeconômica. Esta última específica para os candidatos aprovados em vagas de ações afirmativas nos grupos denominados L1 e L2, que são aqueles em que há limitação na renda bruta máxima mensal familiar per capita. Com esse objetivo, a PROGRAD criou, em 2016, uma Divisão de Ingresso e Análise Socioeconômica que, com a participação de contadores, assistentes sociais e outros servidores técnico-administrativos, faz a análise e a conferência minuciosa da documentação apresentada pelos candidatos, visando à máxima correção e segurança. Isso busca garantir que os alunos ingressantes pelo sistema sejam realmente aqueles aos quais essa política

se destina, legal e socialmente.

Por outro lado, a partir de questionamentos recebidos relativamente ao cumprimento das ações afirmativas raciais, a Universidade, além de instituir comissões de sindicância para apurar as denúncias específicas, nomeou, em dezembro último, Comissão que terá a atribuição de estudar e sugerir possíveis critérios relativos à verificação das autodeclarações raciais por parte de candidatos aos processos seletivos de ingresso na graduação, de forma a permitir o maior acerto e transparência possíveis nesse processo. Essa Comissão conta com membros docentes, discentes e técnico-administrativos, além de representantes da sociedade, em especial dos movimentos negro e indígena.

Todas essas providências, associadas a outras que ainda serão adotadas, permitirão que a UFRGS continue a promover a formação de seus alunos nos patamares qualificados aos quais as sociedades gaúcha e brasileira já estão habituadas, cuidando para manter sempre como elementos norteadores a correção e a legalidade em seus processos de ingresso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Vice-reitora**  
Jane Fraga Tutikian  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
André Iribure Rodrigues  
**Vice-secretária de Comunicação Social**  
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

**Editor substituto** Felipe Ewald

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

**Diagramação** Vera Lúcia Gilese

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor)

**Revisão** Antônio Palm Falcetta

**Bolsistas (Jornalismo)** Cássia de Oliveira, Júlia Costa dos Santos, Kayan Moura e Paula Barcellos

**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich

**Fotolitos e impressão** Gráfica da UFRGS

**Tiragem** 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias



## Bem-vindo, calouro!

Siga a UFRGS nas redes sociais:

facebook.com/ufrgsnoticias

twitter.com/ufrgsnoticias

## Artigo

# Por dentro do mercado financeiro

Como operar na Bolsa de Valores? Como comprar uma ação? O que é o mercado financeiro e quais as suas áreas? O que é necessário para entrar nesse mercado? Essas perguntas são muitas vezes dúvidas recorrentes na vida de muitos estudantes, principalmente dos cursos de Ciências Econômicas, Administração e Engenharias. Com o intuito de melhor compreender tais questões, um grupo de 10 estudantes de diferentes cursos se uniu em maio de 2016 para desenvolver um projeto relacionado ao mercado financeiro na Universidade. Após 3 meses de estruturação, foi fundada a Liga de Mercado Financeiro (LMF) UFRGS, que atualmente é uma atividade de extensão liderada pelo professor Guilherme Ribeiro de Macêdo, da Escola de Administração.

Ligas universitárias são grupos formados por estudantes com o objetivo de contribuir para a formação profissional

dos alunos de uma ou mais instituições de ensino superior em uma área de atuação específica – como é o caso, por exemplo, das ligas de empreendedorismo.

O objetivo da Liga de Mercado Financeiro é aproximar os estudantes desse universo, desmitificando-o e apresentando suas diversas áreas de atuação e oportunidades de carreira. Assim, o desenvolvimento das atividades se baseia em três pilares: difusão do conhecimento, capacitação dos estudantes e ingresso no mercado de trabalho.

O primeiro pilar tem como principal meta fomentar o conhecimento sobre mercado financeiro, tornando-o familiar aos estudantes. Para isso, são realizados bate-papos, palestras, painéis e competições para engajar os alunos. O segundo pilar, através de cursos, workshops e grupos de estudo, capacita os interessados nas habilidades relevantes para a área. Com

o último pilar, busca-se auxiliar os alunos que possuem interesse em atuar na área financeira com preparação para entrevistas, divulgação de vagas, composição de currículo e mentorias.

Desde a fundação da LMF, já foram realizados seis grandes eventos, impactando mais de 500 pessoas. As palestras e painéis, alguns realizados em parceria com outros projetos da Universidade, como a Semana Acadêmica do Diretório Acadêmico da Engenharia de Produção e a Feira de Oportunidades, tiveram como objetivo expor assuntos-chave sobre o mercado financeiro e contaram com a presença de executivos financeiros icônicos do Rio Grande do Sul.

Além dos eventos realizados para o público em geral, os membros da Liga tiveram outras oportunidades para se capacitar. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio Grande do Sul (IBEF-RS), foi desenvolvido um

programa de *Mentoring* com os principais executivos de finanças do estado, como Ademar Schardong, ex-presidente do Sicredi, Wladimir Omiechuk, sócio da KPMG, e Cláudio Mauch, ex-diretor do Banco Central do Brasil, para compartilharem experiências e conselhos sobre carreira e sobre o mercado financeiro.

Para o ano de 2017, a LMF desenvolveu um cronograma de cursos e palestras que manterá o padrão de difusão sobre o mercado financeiro e aprofundará suas atividades de capacitação, fornecendo aos estudantes conhecimentos práticos do setor.

Aos interessados sobre a Liga, é possível encontrar mais informações na página no Facebook: Liga de Mercado Financeiro UFRGS ou pelo email: lmfufrgs@gmail.com.

**Equipe Liga de Mercado Financeiro UFRGS**



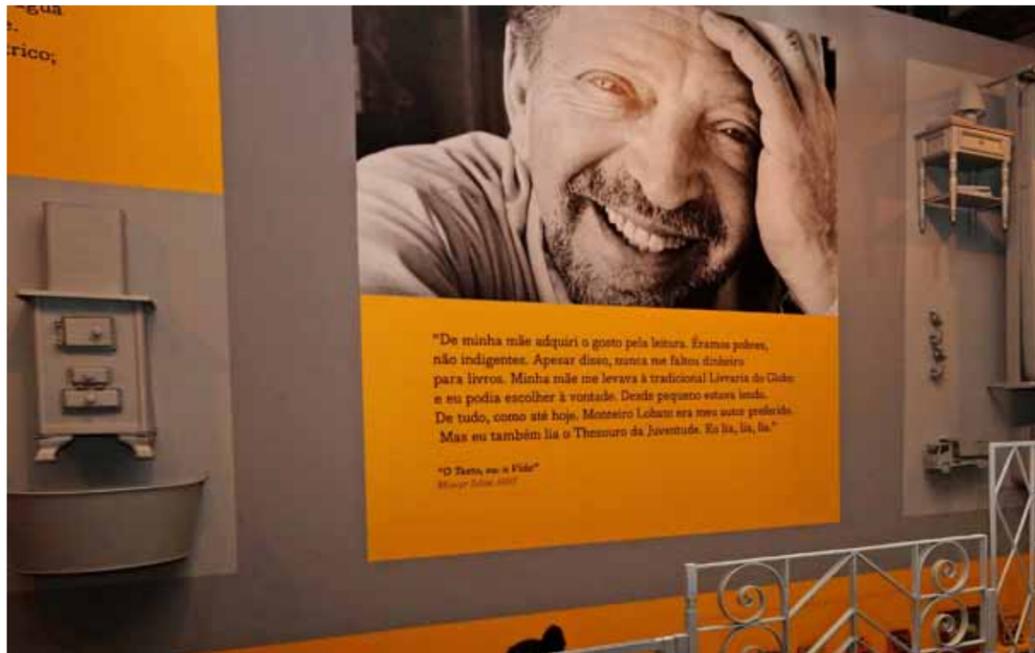
# Um ano de homenagens

**Moacyr Scliar** Médico e escritor estaria completando 80 anos

Em 22 de março, um dia antes do aniversário de 80 anos de Moacyr Scliar, a Faculdade de Medicina da UFRGS prestará a primeira das muitas homenagens póstumas que o escritor brasileiro receberá ao longo deste ano, dentro e fora do estado. Nessa ocasião, o professor e cardiologista Waldomiro Manfroi, também escritor, proferirá palestra no auditório José Baldi às 11h horas (segundo andar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre), quando resgatará a trajetória do médico e escritor que foi eleito por unanimidade para assumir uma das 40 cadeiras da Academia Brasileira de Letras.

Desde setembro do ano passado, Judith, esposa de Moacyr, vem organizando uma série de atividades para comemorar a obra do marido. No dia 23 de março, às 19h30min, será o lançamento do livro de crônicas *A Nossa Frágil Condição Humana*. Na abertura do evento, haverá leituras com Mirna Spritzer, que também participará do debate sobre a obra do autor juntamente com Regina Zilberman e Cíntia Moscovich. Para abril está programado o bate-papo sobre Moacyr Scliar e sua geração, com a participação de Ignácio de Loyola Brandão, Luis Fernando Verissimo, Zuenir Ventura e Antônio Torres no anfiteatro da Santa Casa. Essas serão algumas das programações que fazem parte da grande lista organizada por Judith, que acredita que as “atividades terão bastante público”.

“Sou judeu, mas não sou religioso: o que me atrai no judaísmo é a fantástica história do povo e a cultura que gerou a literatura, o teatro, o cinema, o humor. Se não sou um crente, também não sou um ateu militante. Tenho até uma certa inveja das pessoas que têm essa capacidade de acreditar e de confiar seu destino a um poder maior, que têm esse consolo que



Em setembro de 2014 o Santander Cultural organizou a mostra Moacyr Scliar, o Centauro do Bom Fim

quem não crê não tem. Como médico, sei que as pessoas que creem têm mais possibilidade de resistir a uma doença grave do que aquelas que não creem. Mas isso não é uma coisa que se possa decidir: a partir de agora, eu creio. As religiões, pelo menos a religião cristã, fala na graça. Recebe a graça e passa aí a acreditar. Eu nunca recebi essa graça. As entidades superiores ficam me devendo essa”, comentou Scliar ao repórter Ademar Vargas, do Jornal da Universidade, em setembro de 2003, quando foi entrevistado para a obra *O Perfil do JU*.

Formado em Medicina pela UFRGS em 1962, especializando-se posteriormente em saúde pública, grande parte do que escreveu durante a vida universitária foi publicado em *O Bisturi*, jornal do Centro Acadêmico Sarmento Leite. Todo esse material foi reunido anos mais tarde e publicado em *Histórias de um Médico em Formação*. Quando entrevistado

por Ademar, ele comentou sobre o fato de ter vendido todos os exemplares de seu primeiro livro: “Primeiro, porque a tiragem era muito baixa; segundo, porque meus pais obrigavam os vizinhos a comprar o livro”, brincou com o jornalista.

Regina Zilberman, professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras, atribui especialmente dois méritos à obra literária de Moacyr Scliar. O primeiro diz respeito à temática. Descendente de judeus imigrantes, Scliar, assim como fez Erico Verissimo, trabalha a questão étnica, mas aquele privilegiando o grupo étnico judeu na sociedade brasileira. Além do ineditismo do tema no campo brasileiro, seu trabalho também alcançou repercussão internacional quando passou a ser traduzido para o inglês.

O outro mérito que Zilberman atribui à produção intelectual do escritor brasileiro é a criatividade:

“É um trabalho polivalente; ele só não escreveu poesia”. Traduzida para 15 idiomas e adaptada para sete filmes, dois documentários, dois especiais para tevê e uma peça de teatro, a bibliografia de Scliar inclui 22 romances, 38 obras de ficção infanto-juvenil, 18 livros de contos, 15 livros de crônicas e 20 ensaios.

Entre outras, recebeu as seguintes distinções: *Prêmio Joaquim Manoel de Macedo* (1974), *Prêmio Erico Verissimo* (1976), *Prêmio Cidade de Porto Alegre* (1976), *Prêmio Guimarães Rosa* (1977), *Prêmio Brasília* (1977), *Prêmio Jabuti* (1988, 1993 e 2000), *Prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte* (1989), *Prêmio Literário Casa de las Americas* (1989), *Prêmio Pen Clube do Brasil* (1990), *Prêmio José Lins do Rego* (Academia Brasileira de Letras, 1998). Em 1993 e 1997 foi professor visitante na *Brown University* (Department for Portuguese and Brazilian Studies), nos Estados Unidos.

## Extensão

### Programa de bolsas

As inscrições para o Programa de Bolsas de Extensão 2017 podem ser feitas até o dia 5 de abril. A solicitação deve ser realizada pelos coordenadores da atividade de extensão por meio do preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de bolsa de extensão via Portal do Servidor.

Os projetos devem estar devidamente aprovados e cadastrados no Sistema de Extensão da UFRGS e ter previsão de no mínimo quatro meses de atividade durante a vigência do programa. Só serão aceitas inscrições de projetos cujos coordenadores já tenham preenchido os relatórios das ações finalizadas em 2016 e os encaminhado pelo sistema.

A partir de experiências junto à comunidade interna e externa à UFRGS, os estudantes têm sua formação acadêmica, profissional e cidadã potencializada pelo programa, que também visa fortalecer a institucionalização das atividades de Extensão no âmbito das Unidades Acadêmicas.

O resultado será divulgado no site da PROEXT no dia 5 de maio. O período para indicação dos bolsistas vai de 8 a 28 de maio. O programa tem vigência até o dia 31 de dezembro de 2017. Informações completas no edital disponível no site <https://www.ufrgs.br/proext/apoio-a-extensao/bolsas/>.

## Instituto Confúcio

### Língua chinesa

Até o dia 23 de março ocorre o período de inscrição para os cursos de língua chinesa oferecidos pelo Instituto Confúcio na UFRGS. As matrículas devem ser realizadas pelo site [www.icufrgs.com.br](http://www.icufrgs.com.br). O início das aulas está programado para o dia 27 de março. Os cursos se encerrarão no dia 15 de julho.

Os alunos devem efetuar o pagamento de uma taxa única de R\$ 260,00 e preencher um formulário disponível no site. Além do curso, estão inclusos nesse valor o material didático e a inscrição para o HSK, exame de proficiência na língua chinesa, que ocorrerá no final do semestre. Alunos que se inscreverem para os níveis mais avançados deverão enviar o resultado do Teste HSK do nível imediatamente anterior. Além das aulas,

Há turmas disponíveis em diferentes dias e horários nos campi centro, saúde e vale. No ato da matrícula, o estudante deverá indicar sua preferência de local entre as opções disponíveis.

O Instituto Confúcio oferece também atividades culturais diversas, bolsas de estudo na China e o “Summer Camp”, curso de verão em Pequim. Mais informações pelo site [www.icufrgs.com.br](http://www.icufrgs.com.br). Também é possível entrar em contato por meio do telefone (51)3308-7492 ou do e-mail [confucio@ufrgs.br](mailto:confucio@ufrgs.br).



UFRGS TV

## Conhecendo a UFRGS

### Uma jornada para o turismo sustentável

A Organização das Nações Unidas declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. O programa Multiponto foi saber mais sobre o assunto. Além de representantes do poder público e da iniciativa privada ligados ao turismo no estado, conversamos com professores e pesquisadores, como Patricia Tometich, do Grupo de Pesquisa em Inovação e Sustentabilidade (GPS) da UFRGS. Para ela, turismo sustentável é uma forma mais harmônica de se pensar a atividade: “Permite preservar não apenas o meio ambiente, condição essencial para a nossa vida, mas também os meios de vida da sociedade”.

Segundo a pesquisadora – para quem o turismo de massa precisa ser repensado –, o turismo sustentável tem grande capacidade de gerar oportunidades de trabalho e de defender as culturas locais. “Um dos grandes problemas do turismo”, explica, “é o modelo de desenvolvimento, que muitas vezes acarreta a destruição de recursos naturais e a desintegração de comunidades”.

Já existem, porém, empreendimentos sustentáveis no país, como o Cambará Eco Hotel, no município de Cambará do Sul. Vencedor em 2016 do Prêmio Braztoa em Sustentabilidade, conta com serviços de reciclagem, aproveitamento de água da chuva e sistema de energia solar como principal fonte de aquecimento de água.

Contudo, como lembra Patricia, empreendimentos e atividades pensados nos moldes do turismo sustentável não se restringem a ações ecologicamente corretas e podem ser encontrados mesmo em grandes centros urbanos, como Porto Alegre. Exemplos disso são os passeios guiados Free Walk Poa, Caminhos da Matriz e Distrito Criativo, que mantêm vivas a cultura e a história da capital.

Filipe Batista, estudante do 4.º semestre de Jornalismo

## Assista ao programa

Multiponto vai ao ar no dia 29 de março, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também fica disponível no canal da UFRGS TV no YouTube: [www.youtube.com/ufrgstv](http://www.youtube.com/ufrgstv)



# O carnaval agoniza em Porto Alegre



FOTO: ROCHELE ZANOVALLI/SECOM UFRGS

Enquanto escolas de samba lutam por manter seu espaço no carnaval de Porto Alegre, iniciativas como o Bloco da Lage, criado em 2012, ocupa as ruas da capital

Matheus Gomes\*

Preocupado com a invasão das músicas estrangeiras e o desprezo da indústria fonográfica pela cultura negra e popular, Nelson Sargento compôs, em 1979, o samba *Agoniza, mas não morre*. A letra de versos curtos, porém carregados de densa crítica cultural, afirmava o samba como “negro, forte e destemido”, “duramente perseguido”, porém sempre salvo “antes do suspiro derradeiro”. A crise por que passa o carnaval porto-alegrense imita os versos do sambista carioca e tem como protagonista o seu homônimo da família Marchezan. As dificuldades financeiras do município foram o pretexto para o corte de verbas na estruturação dos blocos de rua e das escolas de samba. O poder público sempre exigiu comedimento dos amantes dos “dias de Momo”, ora com medidas repressoras, ora trabalhando sob a ótica da apropriação, mas a energia que envolve a tradição carnavalesca se renova a cada sinal de desprezo, e a nossa cidade pulsa e reverbera essa história.

Um olhar sobre a trajetória do carnaval em Porto Alegre ajuda a entender a situação atual. Essa história é marcada por intensos conflitos sócio-raciais e por uma postura dúbia de governantes e empresários. A historiadora Helena Cattani, autora da dissertação defendida no PPG/História *G.R.E.S. Porto Alegre: o processo de cariocalização do carnaval de Porto Alegre*, oferece-nos um rico panorama do desenvolvimento dessa festa popular entre o século XIX até a década de 70 do século XX.

Data de 1837 a proibição do entrudo, que consistia em brincadeiras e jogos realizados no âmbito familiar e comunitário, nos quais os participantes se enfrentavam com apetrechos diversos. A prática às

vezes descambava em violência e passou a ser considerada “grosseira demais” pelas autoridades, e a partir daí outras formas de festejo começaram a se desenvolver. Os bailes de salão das elites têm seu princípio em 1873, inspirados diretamente no luxo dos bailes de máscaras do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o povo negro lutava pelo direito à alegria nas ruas. O clube negro porto-alegrense Floresta Aurora realizou em 1881 o seu primeiro desfile público. O carnaval tinha duas faces: segundo o jornal *A Federação*, em 1912, mais de 30 mil “cidadãos de boa classe” se reuniram na rua da Praia para festejar, enquanto isso, nos bairros negros, como a Cidade Baixa, conhecida como “primeira estação da liberdade”, uma festa “profana” e marginalizada também reunia multidões.

A partir da década de 30 começa o enraizamento do carnaval em diferentes bairros da cidade, com os coretos montados para apresentações e concursos. Nesse período, com o advento do Estado Novo, inicia-se um processo de regulação estatal do carnaval, com medidas que incluíam a obrigatoriedade de um “caráter educativo” nas apresentações. Já na década de 40 surgem dois elementos: os patrocínios oriundos do setor privado e as tribos. As escolas de samba também começam a ganhar força nesse período, com destaque para a *Nós os Democratas*, animada por Lupicínio Rodrigues, e a *Trevo de Ouro*, que reunia figuras como Nilo Feijó e Giba-Giba. Os *Bambas da Orgia*, a mais antiga agremiação em atividade, foi lançada como bloco em 1940. É somente na década de 60 que começa a hegemonia dos desfiles competitivos entre as escolas. Os coretos diminuíram drasticamente até quase se extinguirem, e o carnaval passou a concentrar-se no Centro, ocupando diversas localidades, como a av. Borges de

Medeiros (1960-69), a rua João Alfredo/Largo da Epatur (1970-73), av. João Pessoa (1974-75), av. Perimetral (1976-85) e av. Augusto de Carvalho (1986-2003).

O papel do poder público como mediador variou. Em 1962 surge o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que relacionava os festejos com a atração de visitantes à capital, o que incluía divulgação ampla e parcerias com o setor privado. A partir de 1989, o carnaval passou a ser tratado como parte das manifestações populares, consolidando essa transformação no trato institucional em 1998, com a criação da Coordenação de Manifestações Populares da Secretaria Municipal da Cultura. Nunca houve um controle completo do poder público; o caráter espontâneo sempre foi preservado. Entretanto, desde que as escolas de samba foram transferidas para o Complexo Cultural do Porto Seco, local sem historicidade e distante 20 quilômetros da área central de Porto Alegre, a invisibilidade parece ter passado à categoria de política institucional, até chegarmos à situação atual.

Sem apoio público, mendigando patrocínios, desterritorializado, amargando um duro processo de marginalização, assim está o nosso carnaval. A verdade é que a única manifestação popular realmente incentivada no Rio Grande do Sul são os festejos de setembro, mas o panorama histórico mostra que nós, os foliões gaúchos, viemos de longe.

A estruturação do carnaval em 2017 conta com a apresentação das tribos e escolas de samba entre os dias 23 e 25 de março e o circuito de blocos de ruas. Ambos serão organizados essencialmente com o apoio privado. No caso das escolas de samba, se fortalece assim uma relação de dependência que mercantiliza o espetáculo, aprisionando os enredos e leiloando

o espetáculo. Já muitos dos blocos, que retomaram sua popularidade nos últimos anos, passaram às mãos de produtoras sem nenhuma relação com a cultura popular que, em troca de renúncia fiscal, organizaram o circuito, seguindo à risca os ditames da prefeitura. Nas palavras do Sargento do samba, “mudaram toda a sua estrutura, te impuseram outra cultura e você nem percebeu”.

A lógica econômica de Marchezan é equivocada. O carnaval das escolas de samba gera cerca de oito mil empregos por ano e, com o incentivo público, poderia aumentar o rendimento anual. O projeto *Cadeia Produtiva do Carnaval*, criado em 2013 pelo Ministério da Cultura, é um exemplo, pois visa, entre outras coisas, à formação de profissionais de dedicação integral ao carnaval. Nos últimos anos, o investimento em cultura foi irrisório. Amargamos ainda uma centralização territorial dos recursos, distantes das periferias onde cresce a violência e o genocídio da juventude negra. Para completar o enredo hipócrita, conforme matéria apresentada pelo *Jornal do Comércio*, o balanço de janeiro das contas do município fechou com saldo positivo de R\$ 83 milhões. De fato, o fomento à cultura e a garantia de lazer e diversão à população não estão nos planos da prefeitura.

Uma nova metamorfose será necessária para a comunidade carnavalesca, que precisa se reencontrar com as raízes históricas dos festejos e voltar a acreditar essencialmente na força da ação comunitária como forma de romper a dependência do poder público e a submissão à iniciativa privada. Vivemos tempos de retrocesso, em que existir é resistir; na batalha pelo direito à alegria não será diferente.

\*Estudante de Licenciatura em História/UFRGS



# Luta das mulheres volta à cena mundial

\*Jussara Reis Prá

A *Greve Internacional de Mulheres* programada para 8 de março, Dia Internacional da Mulher, transborda as ações usuais dessa data do calendário feminista. À diferença de mobilizações anteriores, de apelo local, o foco atual visa ao coletivo a fim de fortalecer e unir as mulheres do mundo num apelo comum. A ideia é compartilhar uma nova agenda feminista internacional, preservada a autonomia das demandas e o histórico de lutas de cada nação e/ou região. Em linhas gerais, isso significa fomentar a interlocução entre o local e o global com base no conteúdo de agendas de diferentes latitudes.

O instituto da greve é demandado como instrumento político frente ao aumento de ofensivas neoconservadoras, direcionadas a tolher o avanço dos direitos humanos das mulheres. Daí o propósito de constituir alianças e desencadear massivas concentrações de rua para expressar as demandas das mulheres, defender direitos e protestar contra a violência patriarcal e as desigualdades de gênero. Alianças estas atreladas a uma bandeira comum, a da “solidariedade”, e a uma agenda feminista “inclusiva e interseccional” - pautada pelo respeito às desigualdades sociais, regionais e às diversidades de gênero, orientação sexual, classe, raça/etnia, idade, religião, deficiência e nacionalidade, entre outras.

A iniciativa do 8 de março configura uma ação internacional planejada e organizada por mulheres de dezenas de países ao redor do mundo. A paralisação é um dos eixos propulsores da ação e concebe um dia “sem mulher”, quer dizer, sem a presença feminina em lojas, escritórios, fábricas, instituições de ensino, mercados, locais de moradia, etc. A proposta de parar visa tornar visíveis as causas das mulheres em cada país ou região e, também, unificar ações contra a violência masculina (estupro, feminicídio, etc.), a exploração no trabalho e direcionadas à defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. Seu desafio político é articular a abstenção ao trabalho produtivo e reprodutivo.

A ideia da greve emerge de um ciclo de paralisações, marchas e protestos. A sua partida foi o denominado *Outubro Feminista* de 2016, capitaneado por argentinas e polonesas. Sumariando as ocorrências do período, em três de outubro as polonesas tomam o país contra a restrição do acesso legal ao aborto, inclusive em casos de estupro e malformação fetal. Imediatamente os legisladores retrocedem. Situações semelhantes levam as coreanas às ruas em mais de uma oportunidade. As polonesas também retornam às ruas com a bandeira contra a violência de gênero. Em 19 de outubro, as argentinas protestam em massa contra a violência machista e a morte de uma jovem de 16 anos brutalmente violentada. Em Buenos Aires, uma multidão marcha sob a chuva pelo fim dos feminicídios e das agressões contra mulheres, repercutindo em diferentes cidades argentinas e em outros países

da região, entre eles Costa Rica, México, Chile, Paraguai e Brasil, para citar alguns.

Nesse ciclo, o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (25 de novembro) demarca o início de ações locais solidárias, e o 8 de março, a ação mundial. Grupos de mulheres, militantes e intelectuais feministas de distintos continentes articulam movimentos de base com a competência de chamar as mulheres às ruas de seus respectivos países e, também, de projetar a grande manifestação internacional. As duas propostas recebem pronta adesão nas redes sociais (web sites, Blogspot, Youtube, Twitter, Facebook, e-mails, etc.) e permitem estabelecer o “Paro Internacional de Mujeres”, com o aporte do movimento argentino “Ni Una Menos”. Sobre a ação mundial, até o final de fevereiro os países participantes passavam de 40.

Um parêntese, por oportuno. A inspiração dessas articulações é atribuída ao “Dia de Folga das Mulheres”, realizado na

Islândia em 24 de outubro de 1975. Nesse dia, 90% das islandesas deixam seus postos de trabalho e protagonizam uma imensa manifestação nas ruas do país. Na ocasião, em vez de ir aos locais de trabalho, fazer tarefas domésticas ou cuidar de crianças, milhares de mulheres se juntaram nas ruas para reivindicar igualdade salarial e entre os gêneros. Essa greve é considerada um divisor de águas para situar a Islândia na vanguarda da luta pelos direitos das mulheres, entre as sociedades mais igualitárias e como o país mais feminista do mundo. Ironicamente, quatro décadas depois, em um cenário quase ideal de feminização do Parlamento (44%) e de cargos de liderança em empresas (40%), elas ainda ganham menos do que os homens no exercício das mesmas funções. A recorrência das desigualdades de gênero leva as islandesas outras vezes às ruas. Por conta disso, elas também protagonizam o *Outubro Feminista*; seus protestos são contra o machismo e

as diferenças salariais. Em 2016, as islandesas interrompem as suas atividades e vão para as ruas, diariamente, às 14h38min. O horário parece inusitado. No entanto, essa hora é cronometrada, uma vez que a partir daí elas passam a trabalhar de graça, considerando que recebem 17% menos que os homens. Conforme projeções estatísticas, a igualdade salarial deve ocorrer no país apenas em 2068, por conseguinte, não antes de meio século. Isso evidencia o fato de a cultura do machismo resistir tanto em sociedades desenvolvidas quanto nas mais igualitárias.

Voltando ao ciclo, as estadunidenses aderem à greve internacional do 8 de março no contexto dos protestos contra o governo Trump, de 21 de janeiro de 2017. Na esteira dessa mobilização, um grupo de ativistas e acadêmicas feministas, entre elas teóricas influentes como Angela Davis e Nancy Fraser, endossa os chamados à greve global. Em documento publicado no *The Guardian* (6/02/2017), o grupo atribui aos feitos das polonesas e das argentinas (*Outubro Feminista*) - sem esquecer-se das islandesas de 1975 - a potência “de uma nova onda de luta feminista militante”. Ela pretendem se somar para consolidar essa nova onda, como realçado, inspiradas no movimento argentino “Ni Una Menos”. Daí a perspectiva de envolver o feminismo dos 99% em uma greve planetária. O feminismo de e para 99% enfatiza os direitos sociais contra o 1% dos detentores da riqueza global; “a solidariedade com as trabalhadoras em geral, suas famílias e demais aliados do movimento em todo o mundo”. “A ideia é mobilizar mulheres, incluindo as transgênero e todos os que as apoiam, num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; de abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denuncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais.”

Fechado o ciclo, provisoriamente, algumas considerações se fazem necessárias. Pelo exame dos antecedentes das articulações das mulheres é possível mapear os motivos, as circunstâncias e os eventos propulsores para tal. Esses antecedentes dão luz aos conteúdos e às implicações da definição de agendas. Um breve apanhado das lutas feministas ao redor do mundo revela problemas comuns a diferentes países, estejam as mulheres em sociedades mais desenvolvidas ou nas menos avançadas. Com certeza, a efervescência política em curso nos países do Norte não se assemelha a dos países do Sul, porém a discriminação e a violência de gênero seguem latentes, independentemente dos avanços das suas cidadãs na luta pela igualdade. Assim, a paralisação (greve) é também uma insubordinação dos feminismos contra as ofensivas neoconservadoras reerguidas em diferentes nações para ameaçar os avanços da geração de uma nova cultura de não discriminação.



O foco atual das mobilizações é compartilhar uma nova agenda feminista internacional, preservada a autonomia das demandas e o histórico de lutas de cada nação

FOTO: ROBRIGO PAREDES/FLOHR (CC BY 2.0)

\* Professora do Programa de Pós-graduação de Ciência Política/UFRGS



# Criando vínculos

## Esporte

### Atleticas Universitárias incentivam a integração acadêmica

Influenciadas pela cultura das fraternidades estadunidenses, as Associações Atléticas Acadêmicas promovem e coordenam atividades esportivas em diferentes faculdades, organizando treinos e campeonatos externos e internos em diversas modalidades. Juntamente com o incentivo ao esporte, as atléticas realizam a integração dos alunos de forma autônoma e voluntária, mas com muito comprometimento.

No Brasil, a cultura das atléticas universitárias teve início no estado de São Paulo e, ao longo do tempo, foi dominando o resto do país. “O pessoal começou a identificar que o centro acadêmico não estava atendendo às demandas esportivas, de integração e de festas. Eles tinham outras tarefas além dessa – questões políticas e sociais para apoiar os estudantes – e acabaram deixando de lado essa parte esportiva”, opina o estudante de Direito e presidente da atlética de seu curso, Marcos Fontes. Atualmente, as atléticas mais ativas dentro da UFRGS são as dos cursos de Engenharia (AAEE) – criada em 2012 –, Direito (AAD), Educação Física, Fisioterapia e Dança (A3CO) e Administração (AAEA) – criadas em 2014. A atlética da Medicina também é considerada uma das mais tradicionais da Universidade – e a mais antiga –, porém, diferentemente das demais, ela é fruto de um projeto de extensão. Em geral, as associações têm times femininos e masculinos em modalidades como futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol e rúgbi. Algumas possuem, ainda, esportes de areia, como o handbeach, o rúgbi de areia, o futevôlei e o beachsoccer. A atlética da Engenharia também conta com judô, xadrez,



A última edição do Universipraia ocorreu em novembro de 2016, no Mar Grosso, em Laguna (SC). A competição é a mais aguardada pelas atléticas por reunir estudantes de toda a Região Sul

FOTO: RENATA AUGUSTIN/AAEE UFRGS

natação e tênis de mesa.

Buscando a interação entre os estudantes, muitas associações são responsáveis pela recepção dos calouros no início do semestre, já os convidando a integrarem os times. “A atlética tem a função também de preencher algumas lacunas que a formação acadêmica deixa em branco. A integração com os alunos da fisioterapia e da dança não era tão forte”, relata o presidente da A3CO e aluno de Educação Física, André Paim.

Ao contrário dos times de rendimento da UFRGS, as atléticas não fazem uma seleção para quem deseja ingressar. “Tu não precisas saber jogar, tens que ter vontade de querer aprender”, explica o presidente da AAEE, Jaison Chamberlain, aluno de Engenharia Elétrica. Para as competições, a seleção dos atletas prioriza seu comparecimento nos treinos. “Não interessa se

for o melhor jogador de basquete; se não veio aos treinos, não vai entrar na equipe”, enfatiza Evelyn Wolf, participante da A3CO. As principais competições disputadas são: Interatléticas – realizada entre atléticas de Porto Alegre, no primeiro semestre do ano – e Universipraia – competição entre atléticas do Brasil inteiro, geralmente em Laguna (SC), no segundo semestre.

**Organização** - As atléticas funcionam como uma espécie de empresa júnior, com os setores esportivo, financeiro, comercial, marketing, mídia. “Na gestão, tu te desenvolves muito, aprendes a conviver com pessoas muito diferentes”, relata a presidente da AAEE e estudante de administração, Luiza Franceschette. Para participar da gestão, os interessados passam por um processo de seleção e, por mérito próprio, podem evoluir na

hierarquia de cada atlética. A arrecadação de fundos para participar dos campeonatos, alugar quadras e comprar materiais esportivos parte das próprias entidades. Pela venda de adereços – camisetas, bonés, canecas, entre outros – e pelas festas, como as famosas Cervejadas, as associações se gerenciam de forma autônoma. “A gente não é ilegal dentro da Universidade – eles não nos tratam dessa maneira –, mas nós não somos reconhecidos como um clube dentro da faculdade e, por isso, não temos nenhum apoio”, desabafa Luiza.

Mesmo não reconhecidas, as atléticas contribuem para as equipes de rendimento da Universidade, no sentido de motivar o estudante a praticar esportes. “Todas as atléticas estão plantando uma semente, que é incentivar os alunos a participarem da Universidade de forma a representá-la, aquele sentimento

de pertencer a um nicho”, expressa André. Os participantes das atléticas também ressaltam os benefícios para o ambiente acadêmico, bem como para a formação pessoal e profissional. “Temos uma rotina muito estressante. Então, poder treinar um esporte de que se gosta e aprender uma coisa nova sem pagar nada acaba enraizando mais o aluno. Hoje em dia, um engenheiro bom é aquele que sabe trabalhar com a equipe inteira, e fazer parte de um time de um esporte coletivo te ajuda a ter mais noção de logística, de convivência”, reflete o presidente da AAEE. “Eu criei esse vínculo com a UFRGS que antes não existia. É para isso que a gente trabalha, para que todo mundo possa se sentir parte da Universidade”, conclui Luiza, presidente da AAEE.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

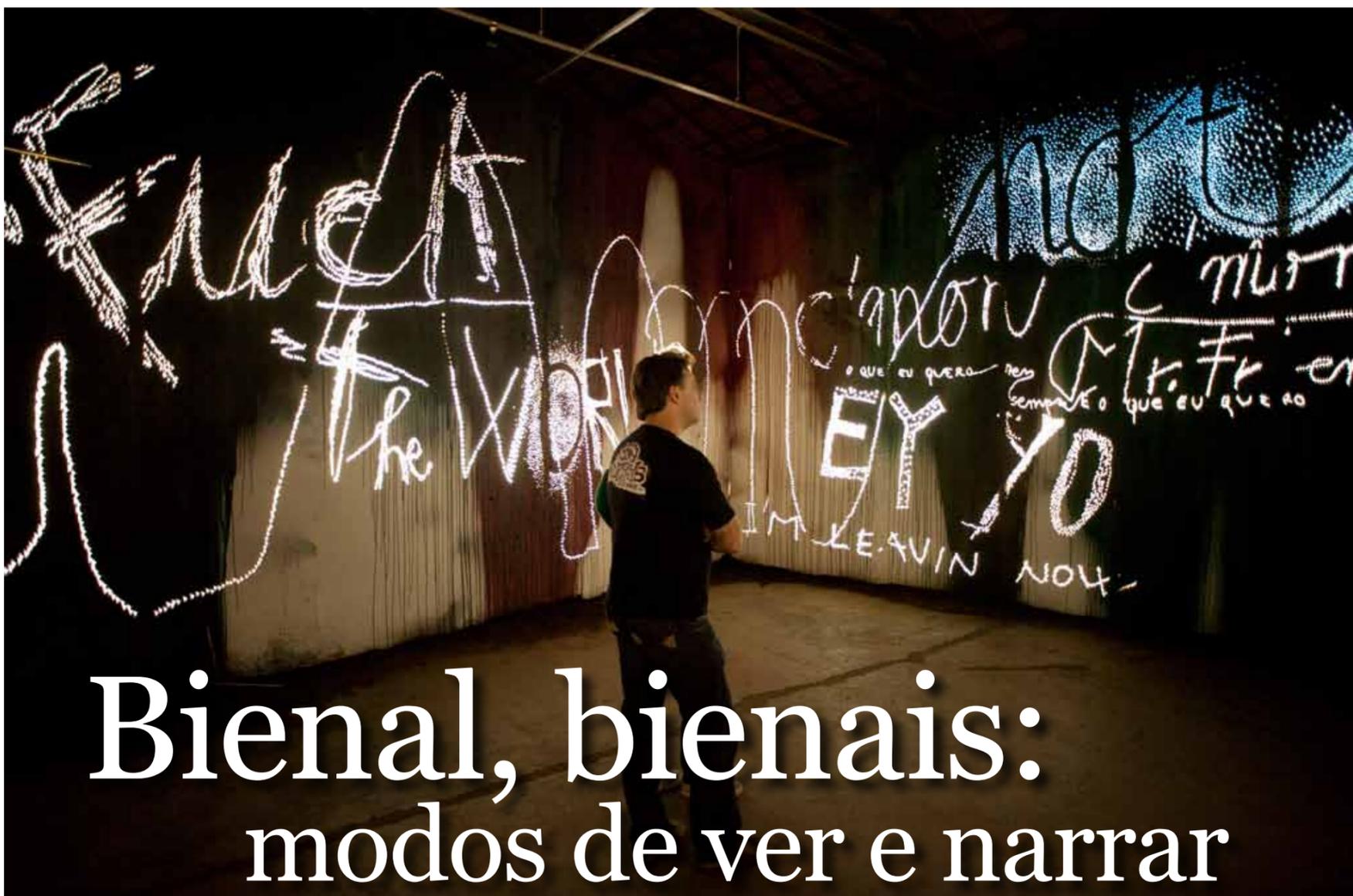
### ► Enquete

Escrever, esse ato majoritariamente solitário, produz-se de uma intenção solidária. O texto não se resume, apesar da sua evidente peculiaridade plástica, à função decorativa; para fazer sentido, portanto, precisa fazer sentido. Mas, como já dissemos em edições anteriores, todo o texto é produtivo. Assim, em maior ou menor grau, a sua recepção, o que ele produz no/com o leitor, deve modificar algo da realidade de pelo menos um deles. O livro, que contém textos, pode ser, e para muitos é, objeto de fetiche enobecedor de estantes. Reflexo, supostamente, de uma indiscutível (aqui) opção de estilo. Já vi

peças separarem as obras literárias pelo tom da lombada. Esta não é, afinal, uma vida farta em balangandãs? Tomo agora como tema o nosso amado e tímido JU para fazer uma pequena enquete de recepção contigo, leitor. Para tanto, faço-te um apelo: entra no jogo. Não esmorece para esse mundo de nenhuma disposição e tempo. Trafega pelas veredas da dialogia e colabora para que possamos planejar nosso trabalho, levando em conta as tuas inquietações. As respostas serão acolhidas, observadas com atenção e aproximadas às nossas diretrizes de trabalho. Não somos um periódico comercial. Para auxiliar em nosso aperfeiçoamento e para compreendermos a abrangência da nossa recepção, pensamos

em interrogar (1) o porquê de os leitores lerem ou costumarem ler o JU. Essa questão nos apontará o provável papel do nosso jornal na comunidade. Sobre os efeitos que o JU pode desencadear nos leitores, pensamos questionar (2) se os temas nele lidos têm um tratamento diferenciado, uma abordagem não convencional. Essa questão nos informará se estamos produzindo uma mídia com perfil e personalidade próprios. Como um problema crucial das publicações é exatamente o da distribuição, para existirmos para os leitores e para que os leitores existam para nós, o jornal deve superar uma distância. Por isso é fundamental sabermos, por exemplo, (3) o modo como o JU chega às tuas mãos.

Outra questão importante (4) é sobre como qualificas o JU, e te solicitamos comentar a tua posição. Ainda, (5) se entendes que um jornal ligado à universidade deva ser diferente do JU em termos de conteúdo e forma, interrogamos que forma seria essa. Não seria demais aproveitar a circunstância e puxar a brasa para o meu assado ao questionar, ainda sobre o conteúdo, se (6) encontras nesta coluna algum tema que te desperte interesse. Por fim, (7) deixamos um campo aberto para livre manifestações sobre o JU. Por favor, acessa o formulário em <http://bit.ly/2ISu5V1> e envia tuas respostas. Estamos ansiosos para começar a ver os resultados, pois há muito cogitamos essa interlocução. Bem-vind@!!!



FLAVIO DUTRA/JU

# Bienal, bienais: modos de ver e narrar

A Bienal do Mercosul/2009 propôs metodologias e ações que demonstraram a diversidade de abordagens e funções que a arte contemporânea apresenta

Ana Maria Albani de Carvalho\*

O debate sobre a função de uma bienal é tão antigo quanto a própria existência dessa modalidade de exibição pública de obras de arte, estabelecida no formato criado em 1895 pela mostra de Veneza. Na América Latina, as bienais de São Paulo (1951) e Havana (1984) servem como marco histórico para a reflexão sobre as potencialidades desse gênero de evento. Destinadas ao debate sobre o que há de contemporâneo em arte, tais exposições não partem de um modelo preestabelecido, já que é próprio da arte mais recente colocar em discussão seus próprios limites, suas condições de exibição e definições. Em outras palavras, a discussão sobre o modelo, a função, as relações com outros campos do conhecimento e com as cada vez mais esgarçadas fronteiras do campo da arte fazem parte do “ser bienal”, assim como do “ser uma exposição de arte contemporânea”.

Durante a década de 1990, um complexo cenário configurado por fatos diversos, porém conectados, como a queda do Muro de Berlin e o pretenso fim da polarização ideológica associada à Guerra Fria, o debate sobre pós-colonialismo que ganha corpo no meio intelectual e acadêmico, as ondas migratórias oriundas da África e do leste Europeu, a comunicação em tempo real propiciada pela internet, impacta as práticas, os discursos críticos, a historiografia e o funcionamento das instituições artísticas. Nesse contexto, exposições formatadas como bienais de arte contemporânea proliferaram ao redor do mundo, geralmente sediadas em cidades distantes dos centros hegemônicos tradicionais. As megaexposições de arte contemporânea foram percebidas tanto por governos quanto por corporações como ferramentas para inclusão de cidades periféricas no jogo global por investimentos, turismo e crescimento

econômico. Nessa linha de raciocínio, os valores associados ideologicamente ao campo da arte, como diversidade cultural, criatividade, cosmopolitismo, certa aura de distinção e alguma pretensão utópica, tornam-se objeto de desejo para um vínculo com a imagem de projetos de governo, instituições e corporações empresariais, pela via do *marketing* cultural.

Alinhada com esse pensamento, a Bienal do Mercosul realiza em Porto Alegre sua primeira edição no ano de 1997, fruto dos esforços de um amplo conjunto de instituições locais – a UFRGS, entre elas –, agentes culturais, empresariado e governo do estado. A criação do bloco econômico do Mercosul, em 1991, havia gerado um forte otimismo sobre as possibilidades de parcerias entre os países do continente, reforçando a ideia de uma integração cultural mais efetiva e justificando a escolha do nome que ainda hoje permanece.

Tendo como curador Frederico Morais, a 1.ª edição da Bienal apresentou o ambicioso projeto de construir um relato sobre a arte latino-americana escrito por seus próprios atores. Ocupando 11 espaços expositivos, além de intervenções no meio urbano, a edição de 97 exibiu mais de 800 obras de artistas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, selecionados por curadores de cada país.

Ao longo de suas dez edições, a mostra promovida pela Fundação Bienal do Mercosul passou por mudanças e gerou muito debate. Um rápido olhar sobre o perfil de curadores e artistas convidados a cada edição, assim como a maior ou menor ênfase em projetos educativos, programação paralela ou na diversidade dos espaços expositivos, permite levantar alguns pontos que delineiam o evento em questão e seu posicionamento em relação à cena artística do local ao global. As primeiras cinco edições constituem um momento

de construção de legitimidade na cena nacional e sul-americana, tendo à frente curadores consagrados nesses circuitos e reconhecidos desde as décadas de 60 e 70, como é o caso de Frederico Morais ou de Paulo Sérgio Duarte.

A partir da 6.ª edição, realizada em 2007 com Gabriel Pérez-Barreiro como curador geral, a Bienal assume sua opção pela internacionalização. Questões geracionais também são observadas, com equipes formadas por profissionais mais jovens, dos curadores a designers de exposição, educadores e artistas selecionados. Em 2013, a 9.ª edição foi anunciada como a primeira a contar com uma dupla de mulheres na presidência e na curadoria, respectivamente, Patricia Druck e Sofia Hernández Chong Cuy. A 7.ª edição, em 2009, já havia inovado, ao selecionar o projeto curatorial através de um concurso internacional, apostando em uma curadoria de artistas elaborada pela argentina Victoria Noorthoorn e pelo chileno Camilo Yáñez, com o mote Grito e Escuta.

A cada edição da Bienal persiste a indagação sobre as contribuições ao sistema de arte local, por um lado, e, por outro, sobre a efetiva relevância enquanto mostra do que há de contemporâneo na produção artística numa perspectiva global. Na medida em que uma mostra como a Bienal do Mercosul emprega recursos locais e mobiliza essa cena, é justo indagar sobre seu impacto nesse circuito mais próximo. Ao mesmo tempo, não se espera que uma exposição desse tipo se configure um evento paroquial, de alcance provinciano ou restrito ao âmbito regional.

Como toda exposição de grande escala, as bienais mobilizam uma variada gama de profissionais, de modo direto e indireto – muito além de artistas, arquitetos, designers e educadores –, ativando ampla rede de instituições, colecionadores, pesquisa-

dores, prestadores de serviços especializados em montagem, transporte, produção executiva, promovendo, mesmo que de forma indireta, um circuito profissional no campo da arte, o qual extrapola os limites de duração do evento. A possibilidade de despertar o interesse pela visitação a exposições e a espaços expositivos na cidade em audiências que ainda não têm esse hábito consolidado, seja pelo investimento em projetos educativos, seja pela divulgação midiática ampliada, também não é um efeito desprezível.

Amparada na justificativa das dificuldades econômicas incorridas pelo Estado, a Fundação Bienal do Mercosul optou por passar a realização da 11.ª edição para o ano de 2018, quebrando a periodicidade bianual. A escolha de um curador com amplo reconhecimento e trânsito na cena contemporânea global sinaliza a tentativa de retomar esforços em direção ao circuito internacional, alinhando o evento à lógica do espetáculo e lhe proporcionando maior visibilidade, ao evocar audiências ampliadas. Tais opções, por si, não garantem o sucesso ou o fracasso de uma bienal, pois não se dominam de antemão os resultados artísticos e estéticos de um fenômeno assim complexo. De qualquer forma, para além dos efeitos mais determináveis no mundo real, em uma conjuntura marcada pela crença no ente mercado como legítimo detentor de amplos valores reguladores da sociedade, em que qualquer investimento em arte ou cultura parece requerer justificativa de ordem pragmática, ainda permanece o entendimento, também como resistência, de que o trabalho em arte sempre deve convocar os dissensos.

\*Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS



# Mês das águas sem comemorações

## Meio ambiente

*Apenas 13% da população está conectada à rede de esgoto no RS, a exemplo do que ocorre no âmbito nacional*

Jacira Cabral da Silveira

O esgoto não tratado ou pouco tratado das cidades é o principal problema brasileiro em termos de saneamento básico. Essa constatação não é nova, tampouco há perspectiva para a mudança desse quadro num curto ou médio período de tempo. Infelizmente, tal condição de importantes reflexos ambientais não se restringe ao Brasil e está na mira da ONU (Organização das Nações Unidas), que definiu a Água Residual – aquela procedente de uso doméstico, comercial ou industrial – como tema do Dia Mundial da Água (22 de março) de 2017.

Dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) atua em 316, disponibilizando esgotamento sanitário urbano a 15,62% da população do estado. Porém, como nem todos os usuários se conectam à rede de esgoto, o índice de abrangência é menor: 13,55%. Ou seja, 84,38% da população gaúcha está desassistida do serviço de esgoto, sendo zero o percentual de esgotamento sanitário nas áreas rurais. Quanto à captação de água potável à população urbana, conforme dados de 2016, o percentual de atendimento é de 96,05%, enquanto no campo esse índice atinge pouco mais de 1% nos municípios atendidos pela Companhia.

No sentido de dirimir esses números tão desastrosos com relação a saneamento básico, a CORSAN vem concentrando seus investimentos na expansão do sistema de esgotamento sanitário, bem como realizando obras e ações de conscientização ambiental. Em 2014, em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (AGERGS) e o Ministério Público, a companhia iniciou trabalho relativo à definição da cobrança pela disponibilidade de água, conforme prevê a Lei de Saneamento n.º 11.445/07 e o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto.

Mais recentemente, em novembro do ano passado, a AGERGS aprovou a Resolução Normativa 35/2016, que disciplina a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário operado pela CORSAN, estabelecendo incentivos aos usuários a partir



Pesquisa realizada no Departamento de Engenharia Química da UFRGS estuda uso de microalgas para tratar efluentes industriais

de aplicações programadas de percentuais de desconto sobre o valor da tarifa. O usuário que não se conectar à rede nos prazos estipulados começará a pagar pela disponibilidade do sistema, tornando-se um poluidor pagador. Essa resolução normativa está em fase de implantação nos processos da companhia.

Quanto à expansão para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, a CORSAN prevê que serão necessários investimentos na ordem de R\$ 10,8 bilhões. De acordo com a assessoria de comunicação da companhia, até 2024, ela tem assegurados R\$ 2,5 bilhões, incluindo recursos próprios e financiados, para investimentos nos sistemas de água e esgoto, sendo que a maior parte desses recursos será aplicada na expansão do sistema de esgotamento sanitário.

**Fepam** – A Divisão de Planejamento, Qualidade Ambiental e Geoprocessamento (DPQG) da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) faz o acompanhamento da qualidade da água dos rios no estado. Em função de problemas com laboratórios e com a falta de recursos, em 2013 foi desativada a rede, que são pontos de coleta de amostras de água em corpos receptores, como o Lago Guaíba e os rios Jacuí, Gravataí, Caí, Sinos. No estado, existem três regiões hidrográficas, comportando 25 bacias, que são áreas de captação natural da água da chuva que escoam superficialmente para um corpo de água ou seu contribuinte. O que define os limites de uma bacia hidrográfica é o relevo, considerando-se como divisores

de águas as áreas mais elevadas.

Segundo o geólogo e analista ambiental da DPQG Rafael Miodugno, pelo fato de a rede ter sido desativada por dois anos e meio, as condições de acompanhamento da qualidade das águas não variou tanto. “Nós temos o histórico dos monitoramentos, e aí depende de cada bacia. Algumas eram monitoradas desde a década de 1980/90, outras somente a partir dos anos 2000 passaram a ser monitoradas”, acrescenta.

De acordo com ele, em 2016, a FEPAM e a Agência Nacional de Águas (ANA) assinaram um acordo e foi possível retomar o monitoramento da qualidade das águas dos rios no estado. A partir da análise das amostras é realizado o enquadramento dos corpos d'água com base no que está estabelecido na Resolução n.º 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Basicamente são quatro classificações, observando requisitos de

qualidade e usos da água, como abastecimento doméstico, irrigação e dessedentação animal.

A qualidade das águas das 25 bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul encontra-se na classe dois, o que significa que o uso desses corpos d'água restringe-se à pesca e à navegação, sendo proibido o banho. Rafael esclarece, entretanto, que até a classe três do enquadramento é possível captar água para consumo humano, desde que seja tratada.

## Reuso como alternativa

Trabalho desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Engenharia Química da UFRGS e coordenado pelos professores Jorge Otávio Trierweiler e Marcelo Farenzena busca reduzir o consumo de água no processo de tratamento do couro nos curtumes através de seu reuso. De acordo com os pesquisadores, são empregados no processamento do couro 30 mil litros de água para cada tonelada de pele salgada. Com a prática do reuso, esse total passaria para um consumo de nove mil litros. Reduzindo-se o consumo, consequentemente, reduz-se a produção de águas residuais. “Esse tipo de solução também diminui significativamente o consumo de reagentes químicos e, consequentemente, a carga de poluentes a ser tratada posteriormente,” explica Otávio.

De acordo com documento de 2004 da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), além do impacto ambiental resultante dessas enormes quantidades de água empregadas no processamento do couro, há também a utilização de produtos químicos ambientalmente nocivos, assim como a eliminação de resíduos que se convertem em fonte de contaminação ambiental. “Grande parte do resíduo ambiental é produzida nos estágios iniciais da cadeia produtiva do couro: a produção de couro até o estágio *wet blue* (produto sem acabamento) produz 85% do resíduo ambiental da cadeia produtiva.” No Brasil, com base em informações do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o setor curtumista é formado por mais de 800 plantas curtidoras, que processam cerca de 40 milhões de

peles anualmente.

O presidente executivo da Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul, Moacir Berger de Souza, comenta que existem atualmente no estado cerca de 90 unidades que se dedicam à industrialização do couro, sendo que no máximo três delas realizam as três etapas que compõem o tratamento total do couro. Segundo o empresário, os percentuais de consumo de água nas três fases do processo são 60%, 30% e 10%, respectivamente. Ele também garante que os curtumes maiores já reusam a água em seus processos.

**Microalgas** – No tratamento de seus efluentes, as indústrias geralmente utilizam micro-organismos que acabam gerando um lodo que, por sua vez, é descartado de tempos em tempos, impactando o meio ambiente. Em outra pesquisa do grupo de estudos dos professores Otávio e Marcelo, em vez de descartar esse lodo, os pesquisadores utilizam microalgas para tratá-lo. “Essas microalgas desenvolvem-se nesse meio lodoso, utilizando-o como nutriente para seu crescimento, diminuindo assim o impacto ambiental dessa água.” Outra vantagem do uso das microalgas é que desse processo resulta uma biomassa que pode ser empregada na geração de biocombustível, tornando-se, assim, fonte de renda. Atualmente, as microalgas estão sendo experimentadas em resíduos dos curtumes, mas já foram empregadas em efluentes da produção de etanol. “Hoje esses residuais são jogados no solo como adubo. O perigo é que os rejeitos cheguem ao lençol freático, contaminando-o”, adverte Marcelo.



# Resistir em tempos obscuros

## Michael Apple Pesquisador defende valorização da experiência democrática

Felipe Ewald  
Antônio Falcetta

Professor catedrático da University of Wisconsin-Madison nos EUA, Michael Apple foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela UFRGS no final do ano passado. Pesquisador reconhecido pela atuação dedicada à área da Educação, ele é autor de obras, como *Ideologia e Currículo*, que se tornaram indispensáveis para a compreensão do currículo e da relação entre educação e sociedade.

Ciceroneado pelo professor Luis Armando Gandin, Apple falou ao JU sobre os desafios de se construir uma educação e uma sociedade democrática e crítica diante do

avanço de forças conservadoras que se colocam contrárias a esse processo.

*Em Educando à Direita você desenvolve a noção de modernização conservadora. Poderia explicar em linhas gerais esse conceito?*

Muitas pessoas ligadas à esquerda têm um estereótipo sobre o que é dominante. Eu venho dessa tradição e tenho receios em relação a ela. O capitalismo moderno é muito complicado e tem efeitos e dinâmicas que envolvem raça, classe e gênero. Também fui influenciado por Antonio Gramsci, que nos lembra de que a luta pelo domínio na sociedade requer mudanças no senso comum da população. Os embates culturais, portanto, são centrais, o que significa que a luta no campo econômico é adequada, mas não suficiente. Então, estou tratando de todo tipo de teorias e movimentos políticos. É necessário compreender que os grupos dominantes olham para trás e para frente ao mesmo tempo. Eles formam um guarda-chuva em que algumas partes da aliança desejam uma economia competitiva: querem que as pessoas se tornem indivíduos,

e não membros de coletividades, e desejam privatizar tudo o que seja público, inclusive nossas identidades. A democracia passa a ser entendida como “fazer boas escolhas no mercado, consumir”. Essa é a forma modernizadora. Por outro lado, há grupos nessa aliança que olham para trás em busca de uma cultura em comum que acreditam existir. Ou olham na direção de uma forma religiosa, um retorno a consensos religiosos tradicionais, que seriam ditados pela bíblia. Tudo isso está em um novo bloco que compreende parcela específica da classe média que se deleita com o discurso corporativo. Normalmente, esses sujeitos votariam na Dilma, não apoiariam o atual governo, mas eles são parte dessa aliança. É um mecanismo muito complexo: olha para frente e para trás.

*Movimentos como o Escola Sem Partido não são um fenômeno recente no planeta. No Brasil, no entanto, ainda surpreendem. Como são discutidos no hemisfério norte?*

Em primeiro lugar, isso é algo crescente em todo o mundo. Ao mesmo tempo, é utilizado como

desculpa para atacar a esquerda. Nos EUA, por exemplo, o Partido Republicano defende que uma parte muito grande do currículo atual vem sendo controlada por mulheres, afroamericanos e latinos. Entre os mais poderosos, estão grupos religiosos conservadores que entendem que a escola está muito secularizada e que o currículo foi cooptado por pessoas contrárias à religião. Nossos livros didáticos, por exemplo, se tornaram tão acuados com esse tipo de discurso, que, em certos estados, os livros de alfabetização não têm mais pessoas, apenas animais, porque as pessoas necessariamente terão gênero, raça. Outras vezes, não têm menções à evolução, ou a tratam apenas como uma das teorias – a teoria do big bang está ausente. O efeito é poderoso, ganhando realce com a eleição de Donald Trump. Ele direcionou seu discurso a homens de extrema-direita e a grupos religiosos que se sentem ameaçados – como acontece no Brasil. Assim, precisamos nos perguntar a que isso está conectado. Eu sou a favor de que os pais tenham sua voz reconhecida em parte, mas sei que deixar as decisões apenas em suas mãos pode ser muito perigoso. Dou um exemplo pessoal: meus últimos dois anos como professor de ensino fundamental foram em uma escola situada numa comunidade evangélica batista do sul dos EUA, onde pessoas negras eram linchadas até 1930 e onde a Ku Klux Klan ainda tinha uma representação ativa. Eu estava dando aula sobre a história da comunidade e solicitei que os alunos publicassem um jornal. Eles descobriram que havia uma comunidade negra segregada. Os pais tentaram fazer com que eu fosse demitido, porque achavam que eu não deveria ensinar isso a seus filhos, pois projetava uma imagem negativa da cidade. É muito perigoso, portanto, deixar tudo a cargo dos pais. As crianças não são propriedade de seus pais, são membros da comunidade, seu futuro. Sendo assim, acho desejável que os pais sejam ouvidos, mas não a ponto de interromper os avanços obtidos.

*Quais experiências ou alternativas epistêmicas educacionais (como a Escola da Ponte) você considera evidências de uma educação que seja efetivamente distributiva?*

Antes de mais nada, é preciso registrar que essas experiências são inumeráveis e poderosas. Uma das razões por que são poderosas é o fato de serem invisíveis, até porque, atualmente, sua potência vem cada vez mais sendo considerada perigosa. O professor Luis Armando Gandin e eu estamos organizando um livro chamado *Can education change society?* [“Pode a educação transformar a sociedade?”]. Nossa tarefa é apresentar exemplos de diferentes partes do mundo que forneçam modelos. Mas sem esquecer que há muitos professores que têm boas iniciativas, mas fecham a

porta e torcem para que ninguém as descubra, porque ao se tornarem públicas correm o risco de que os mesmos grupos que defendem a escola sem partido tentem impedi-las. Assim, eu tenho essa estranha sensação de que devo e, ao mesmo tempo, não devo tornar públicas essas experiências. Entretanto, muitos professores têm a sensação de que estão sozinhos e isolados, e relatam estar constantemente apreensivos, esperando a chegada dos ataques. Então, para dar-lhes legitimidade, paradoxalmente, é necessário mostrar que há outras pessoas na mesma condição. Elas estão em Barcelona, na Espanha, em povoados da África do Sul, em escolas de Milwaukee, nos EUA. Precisamos torná-las visíveis e, ao mesmo tempo, dar apoio a elas, porque vivemos tempos obscuros. Um professor isolado em uma comunidade sofre pressão das famílias, que fazem com que ele seja demitido.

*Qual tem sido o papel da esquerda no atual cenário político estadunidense, especialmente nesse entorno das eleições majoritárias? Qual o grau de interferência das vozes da Nova Esquerda no cenário eleitoral?*

A esquerda nos EUA é mais enfraquecida do que no Brasil. Em parte por conta de um histórico de assassinatos de líderes sindicais. Os livros de Marx não estavam disponíveis. Eu venho de uma família de comunistas. Durante a época de perseguição macarthista – eu era uma criança –, encaixotamos muitos livros, enrolamos com plástico e enterramos debaixo do galinheiro na fazenda do meu avô. Além disso, a esquerda nos EUA também é fragmentada. A direita, por outro lado, está se mobilizando e se dispondo a entrar em acordo – é a isso que me refiro com o termo modernização conservadora: eles se unem mesmo sem acreditar todos na mesma coisa. Por sua vez, a esquerda é cindida porque não há uma agenda unificada: alguns lutam por questões conectadas a sexo e gênero, outros pela economia.

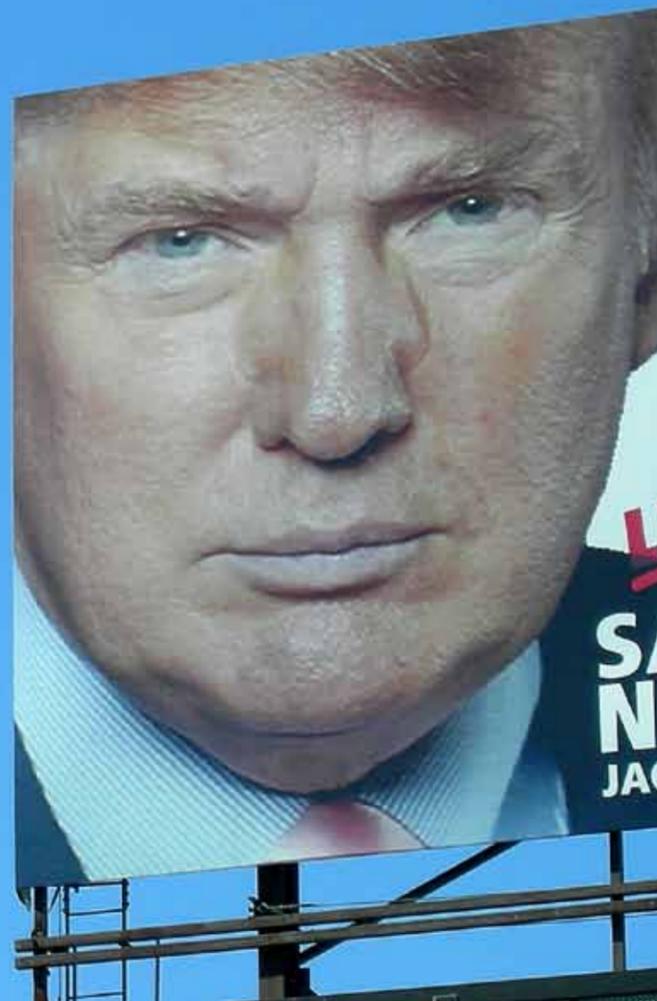
Porém, Trump representa um mal, pois é um fascista – temos a sensação de estar na Alemanha de 1933. Assim, a esquerda foi forçada a se unificar, ainda que não completamente. Um problema da Nova Esquerda é a tendência pós-moderna, pós-estruturalista de tratar tudo como discurso, tomando o mundo como uma construção social. Então, não busca alianças, o que é muito preocupante. Ainda acho que lutar na seara da economia é importante, mas busco realizar o que chamo de unidades descentradas para parar de lutar internamente – o que não leva a lugar algum em tempos de reação conservadora. O que desejo é me concentrar naquilo que nos conecta e, assim, entrar em acordo em alguns pontos. Estou disposto a abrir mão temporariamente dos embates internos da esquerda.





FOTO: KLB01 / FLICKR (CC BY 2.0)

# Comércio internacional e crescimento econômico



Donald Trump pretende impor tarifas punitivas sobre as importações de produtos do México e da China para reduzir o déficit comercial norte-americano com esses países

Marcelo S. Portugal\*

A relação direta entre bom desempenho econômico e comércio exterior é algo reconhecido desde os primórdios da ciência econômica. Tanto Adam Smith (1723-1790) quanto David Ricardo (1772-1823) destacavam o papel fundamental que o comércio exterior tem de promover o crescimento da riqueza dos países envolvidos nas trocas externas. Ambos mostraram que, ao contrário do que preconizava o pensamento mercantilista da época, e que ainda sobrevive até os dias de hoje, o importante para a expansão da riqueza não é um saldo positivo (superávit) nas contas externas. Ao contrário, o motor do crescimento é o volume de comércio (a soma de importações e exportações).

Embora a ideia mercantilista tenha grande apelo intuitivo, pois para “ganhar” alguma coisa o saldo final tem de ser positivo, ela está equivocada. Começemos com um exemplo simples. O que aumenta o bem-estar das famílias, o consumo ou o trabalho? Acredito que a resposta da maioria das pessoas seria que o consumo de bens e serviços (alimentos, moradia, passeios, seguro-saúde, escola para nossos filhos, etc.) é positivamente correlacionado com o bem-estar. Mas se é o consumo que gera bem-estar, por que trabalhamos? Porque precisamos gerar recursos para poder consumir bens e serviços. Usando outras palavras, as famílias exportam algo (seu trabalho nas diferentes áreas da economia) para importar aqueles bens e serviços que não são produzidos domesticamente.

Para os países, a situação é similar à das famílias: nações exportam para poderem importar. O que aumenta o bem-estar dos consumidores de uma nação é poder comprar bens e serviços produzidos fora de suas fronteiras de forma mais eficiente (mais baratos e de melhor qualidade) do que a produção doméstica. Isso é verdade para todos os países simultaneamente. Essa é a

base da teoria das “vantagens comparativas” proposta por David Ricardo no século XIX. Ricardo se envolveu em um debate sobre as chamadas *Corn Laws*. Ele argumentava que era prejudicial para a Inglaterra atrapalhar (através da imposição de tarifas alfandegárias e quotas de importação) as importações de trigo do continente europeu. A produção doméstica de trigo era menos eficiente (mais cara). Ao proteger a produção local, o governo inglês elevava o custo de reprodução da mão de obra (salário) e, com isso, reduzia a competitividade dos produtos em relação aos quais a Inglaterra tinha vantagens comparativas (têxteis).

Para tentar eliminar de vez o pensamento mercantilista, Frédéric Bastiat (1801-1850) sugere um experimento pitoresco. Se as exportações geram ganhos aos países, enquanto as importações geram perdas, Bastiat sugere que, em todos os portos do mundo, os navios sejam carregados com exportações e posteriormente afundados em alto-mar, de forma que seria possível exportar muito sem importar nada, gerando, assim, um saldo positivo no comércio exterior para todos os países do mundo. O experimento jocoso chama a atenção para um fato óbvio: o planeta Terra é uma economia fechada. Não há trocas comerciais interplanetárias. Dessa forma, os fluxos de comércio têm de ser cancelados. Em outras palavras, o saldo comercial de bens e serviços do planeta é zero. Nesse caso, o comércio internacional teria de ser visto como um jogo de soma zero em que o ganho de uma nação em termos de crescimento econômico e bem-estar teria de ser cancelado pela perda de alguma outra nação. O problema com essa concepção é que não há suporte empírico para ela. Ou seja, o comércio internacional não é um “jogo de soma zero” no qual o ganho de um país é compensado pela perda de outro. Ao longo dos últimos séculos, mesmo sendo o planeta Terra uma economia fechada, o crescimento do PIB mundial tem ocorrido de forma constante, acompanhado

por uma expansão dos fluxos de comércio internacional.

Contudo, a despeito de séculos de teoria econômica e de evidências empíricas que mostram que o crescimento das trocas comerciais é um dos importantes motores do desenvolvimento econômico (outros dois elementos fundamentais são a tecnologia e a expansão da força de trabalho no planeta), a intuição mercantilista de assumir o comércio como um jogo de soma zero continua muito forte. Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, isso é bem claro. Durante o governo Dilma, por exemplo, o país expandiu à exaustão as políticas de “conteúdo local” que implicaram o fechamento ao comércio internacional e, conseqüentemente, um aumento da ineficiência (aumento de custos) para a economia como um todo.

O problema é que, atualmente, o protecionismo mercantilista está atingindo os países desenvolvidos. O Reino Unido votou pela saída da União Europeia, e os Estados Unidos elegeram um presidente com ideias claramente protecionistas. Trump prefere que os consumidores americanos paguem mais caro por produtos *made in USA*. Já cancelou a Parceria Transpacífico (TPP) e está propondo reduzir o escopo do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). No caso específico dos oleodutos de Keystone e Dakota, Trump fez questão de incluir uma cláusula obrigando a utilização do aço norte-americano. Talvez inspirado pelas políticas de conteúdo local da presidente Dilma. Está, ainda, ameaçando impor tarifas punitivas sobre as importações de produtos do México e da China com o objetivo de reduzir o déficit comercial estadunidense com esses países.

Do ponto de vista da economia mundial, o maior risco seria uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. Os dois países são os maiores importadores e exportadores em nível mundial. Cerca de 25% do fluxo

de comércio no mundo corresponde a esses gigantes globais. As medidas protecionistas podem ter algum efeito positivo de curto prazo sobre o PIB e sobre a geração de emprego. Mas, no longo prazo, mesmo que não exista uma retaliação comercial por parte dos países atingidos, ocorre um aumento da ineficiência econômica em geral que prejudica a nação protecionista. O tamanho desse efeito é diretamente proporcional à relevância do setor protegido para a economia como um todo. Um exemplo prático desse fenômeno foi a Lei de Informática (Lei 7.238/84) que vigorou no Brasil entre 1984 e 1991. A lei visava criar uma reserva de mercado para fabricantes nacionais de produtos de informática. O resultado foi a produção doméstica de microcomputadores caros e ineficientes. Como o computador é um insumo de uso generalizado na economia, o custo da reserva de mercado gerou uma grande perda de competitividade para toda a economia brasileira, gerando lucros apenas para as empresas que produziam lucros domesticamente esses produtos (e salários mais elevados para quem trabalhava nessas companhias).

Mas o resultado pode ser pior ainda caso ocorra retaliação. No caso dos Estados Unidos e da China, uma eventual guerra comercial geraria redução do crescimento nesses dois países que funcionam, junto com a Europa, como importantes locomotivas do crescimento do PIB mundial. Felizmente, ainda estamos relativamente distantes dessa realidade. Por um lado, Trump ainda não adotou medida alguma concreta contra a China e, por outro, Xi Jinping disse em Davos que a China vai manter seu posicionamento pró-globalização. Agora é torcer para impedir a marcha da insensatez protecionista nas nações desenvolvidas.

\* Ph.D. em economia, pesquisador do CNPq e professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS



# Esperança para o futuro

**Bioquímica** *Estudo sobre exame de imagem pode ajudar no diagnóstico precoce do Alzheimer*

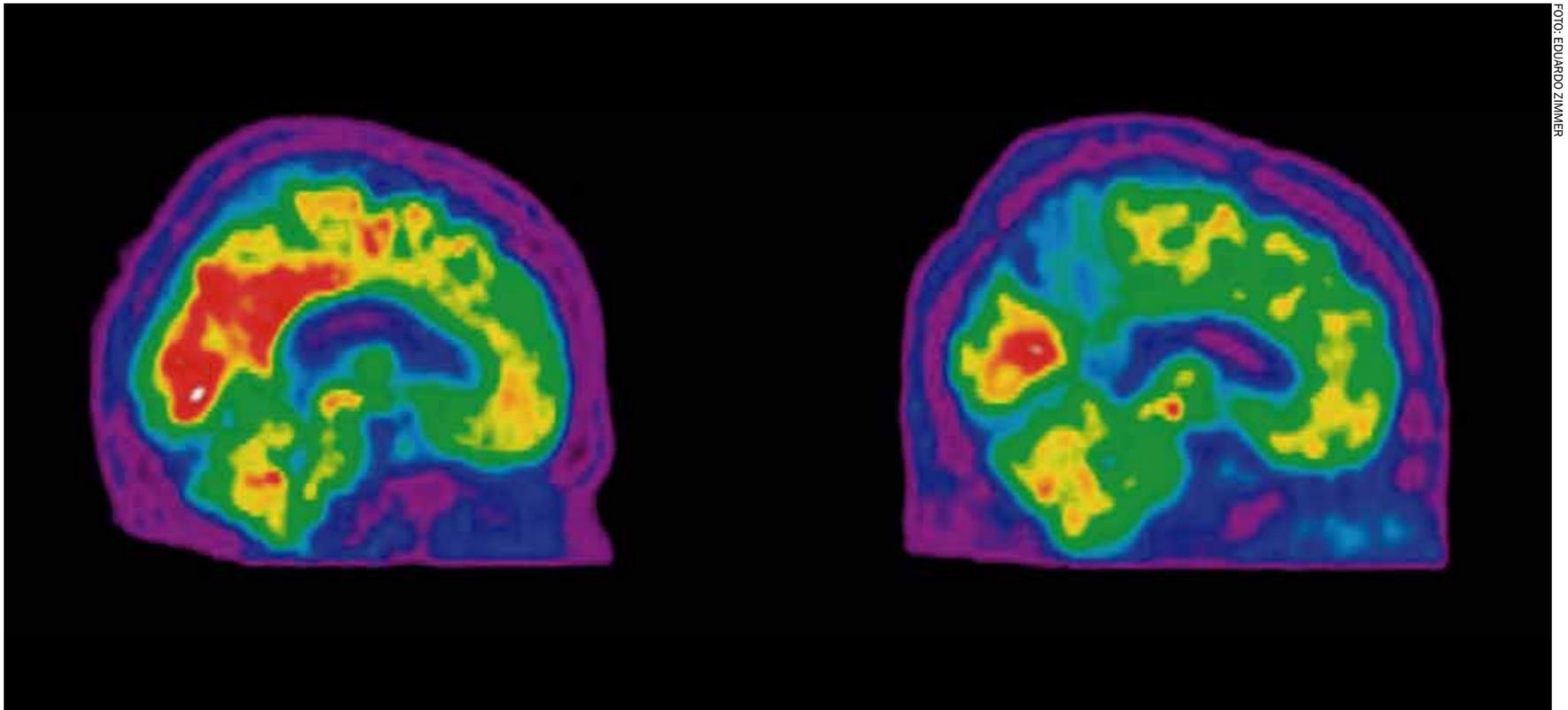


FOTO: EDUARDO ZIMMER

**Tomografia por emissão de pósitrons (PET) registra o metabolismo cerebral de glicose com o radiofármaco FDG, o único aprovado pela ANVISA. À esquerda, um paciente cognitivamente normal e, à direita, um paciente com Alzheimer. Nesta imagem é identificado o metabolismo de glicose, sendo que o paciente à direita tem um consumo menor, ou seja, menor atividade cerebral**

As pesquisas sobre técnicas de neuroimagem desenvolvidas pelo Departamento de Bioquímica da UFRGS em parceria com o Instituto do Cérebro da PUCRS têm sido pioneiras no Rio Grande do Sul. As investigações podem auxiliar no avanço do diagnóstico e na prevenção da doença de Alzheimer.

Um desses trabalhos é a tese de doutorado de Eduardo Zimmer, hoje pós-doutorando na UFRGS. A pesquisa de nome complicado, *O envolvimento da proteína fosfatase 2A e do sistema glutamatérgico em processos neurodegenerativos relacionados à Doença de Alzheimer: mecanismos e biomarcadores de imagem*, é uma das ganhadoras do Prêmio Capes de Tese de 2016.

Tudo começou com uma bolsa de Iniciação Científica no departamento de Bioquímica da UFRGS durante a graduação em Farmácia. Lá, Eduardo estudou os efeitos do exercício físico no cérebro e ficou instigado a querer saber mais: “Bom, o exercício é benéfico para o cérebro, mas e as doenças cerebrais?”. Doenças neurológicas estão se tornando mais visíveis no Brasil com o envelhecimento da população. De acordo com a Associação Brasileira de Alzheimer, no país há cerca de 1,2 milhão de casos da enfermidade, a maior parte deles ainda sem diagnóstico. No mundo, estima-se que o número chegue a cerca de 35 milhões. O tema foi objeto de estudo já no Trabalho de Conclusão de Curso de Zimmer, que seguiu por esse rumo na pós-graduação.

**História da tese** - Orientado pelo professor Luis Valmor

Portela, a tese conduzida no Departamento de Bioquímica da UFRGS tinha o objetivo inicial de padronizar um modelo similar ao de Alzheimer e testar algumas estratégias para reverter os danos provocados por este. O modelo funcionava da seguinte maneira: dado que pacientes com a doença têm níveis reduzidos da proteína fosfatase 2A, usou-se uma neurotoxina para reduzir a atividade dessa proteína em ratos, e foi verificado que os animais passaram a desenvolver déficit cognitivo similar aos dos pacientes com Alzheimer (a partir de testes de memória). Após a padronização do modelo, o estudo buscou reverter os danos cognitivos causados pela inibição da proteína fosfatase 2A, mas não obteve sucesso. Então, o pesquisador mudou a estratégia: decidiu pensar uma maneira de prevenção. Realizou um tratamento com memantina (droga já usada clinicamente contra a doença) no modelo animal e concluiu que era possível prevenir o aparecimento de déficit cognitivo.

Quando Eduardo apresentava esses resultados em congressos da área, ele ouvia sempre a mesma pergunta: “Eu não consigo entender seu conceito de prevenir a doença: como você sabe se esse paciente vai ter Alzheimer? Quem vai tomar o medicamento? Como se escolhe o paciente?”. Com o impasse, Zimmer entrou para a segunda parte da tese com um objetivo em mente: “Não conseguimos tratar a doença, só prevenir. Logo, precisamos achar uma maneira de diagnosticar essa doença

precocemente”. O pesquisador soube de técnicas de neuroimagem adotadas para o diagnóstico de diversas doenças e viajou para o Canadá – com bolsa-sanduíche do Ciência Sem Fronteiras – a fim de estudá-las no Centro de estudos sobre o envelhecimento da Universidade de McGill. O exame é a tomografia por emissão de pósitrons (PET scan) que consegue visualizar alguns sinais patológicos da doença de Alzheimer no cérebro do paciente vivo, similar à ressonância magnética. “O paciente recebe um radiofármaco que tem como alvo uma proteína ou um evento patológico presente na doença de Alzheimer. Se encontra esse alvo no cérebro do paciente, ele brilha (emite radioatividade), e o equipamento consegue mapear”, explica Eduardo Zimmer.

Para o diagnóstico do Alzheimer, existem dois marcadores neuropatológicos clássicos (características biológicas da doença): a deposição de emaranhados neurofibrilares e a deposição de placas de beta-amiloide. Ou seja, a pessoa com Alzheimer tem as placas e os emaranhados encrustados no cérebro. Antes de 2004, a confirmação da presença de placas só podia ser feita por meio da análise física do cérebro quando o paciente vinha a óbito. Hoje, com o PET scan, o diagnóstico provável pode ser estabelecido em vida. As placas de beta-amiloide se formam no cérebro cerca de 20 a 30 anos antes do primeiro sintoma de déficit cognitivo: “Se temos um paciente que desenvolveu a doença com 70 anos, ele deve ter o início da acu-

mulação de placas beta-amiloide aos 40-50 anos. Isso nos dá uma janela de prevenção muito grande”, afirma Eduardo. Na Universidade de McGill, Zimmer estudou o uso de novos radiofármacos no exame de imagem por PET para diagnosticar e monitorar a progressão da doença. Essa foi a principal contribuição da tese para o avanço no entendimento do Alzheimer.

**Continuidade** - Atualmente, Eduardo é pós-doutorando na UFRGS e ministra as disciplinas Bioquímica Médica e Bioquímica in vivo: conceitos básicos de neuroimagem (primeira disciplina na UFRGS que trata do tema, criada a partir dos conhecimentos

adquiridos por Eduardo). Ele também é pesquisador do Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul. O prêmio que ganhou da CAPES Eduardo reverteu em verba para custeio da sua pesquisa – a gratificação consistia em uma bolsa de pós-doutorado nacional, mas Eduardo já possui uma pela UFRGS. Zimmer pretende continuar pesquisando o tema e justifica: “A doença de Alzheimer é a causa de demência mais prevalente no mundo. E nenhum de nós está livre. É um tema que ainda precisa de muita ciência, de muito estudo”.

Cássia de Oliveira, estudante da Fabico do 7.º semestre

## Sobre a doença de Alzheimer

A causa do Alzheimer ainda segue em debate. Sabe-se que é provocado por diversos fatores ambientais e genéticos, numa soma que contribui para o aparecimento da doença que está diretamente relacionado à velhice. Acredita-se que a causa biológica seja a deposição de placas beta-amiloide no cérebro – hipótese de 1992 conhecida como Cascata Beta-amiloide.

Na prevenção são utilizadas estratégias não farmacológicas que exercitem habilidades cognitivas, como ler e aprender algo novo. No decorrer da entrevista, o pesquisador me pergunta: “Qual foi a última vez que você aprendeu alguma coisa nova?”. “Há uns dois anos quando aprendi a patinar”, respondi. E ele concluiu: “Quando ficamos adultos costumamos fazer sempre as mesmas coisas (aquela rotina de casa para o trabalho, do trabalho para casa). Paramos de aprender coisas novas, de estimular a nossa reserva cognitiva. Manter o cérebro ativo a vida inteira é um fator de prevenção contra a doença”. Conservar uma dieta saudável e praticar exercícios também contribui para a prevenção.

Atualmente, no Brasil, para o tratamento do Alzheimer são usadas duas drogas: a memantina e o domesepil. Entretanto, elas não conseguem impedir a progressão da doença, apenas retardam os sintomas.



FLÁVIO DUTRA/JU



# Música por todos os lados

O violinista italiano Emmanuele Baldini e a harpista russa Liuba Klevtsova em recital na Biblioteca Pública Pelotense

## Arte Docentes e estudantes avaliam participação no 7.º Festival Internacional SESC em Pelotas

Everton Cardoso

Por 12 dias, durante o mês de janeiro, concertos, recitais, aulas e outros eventos movimentaram a cidade de Pelotas: era o 7.º Festival Internacional SESC de Música. Na ocasião, músicos se reuniram para ter aulas de suas especialidades com professores do Brasil e do exterior, englobando cursos de todos os instrumentos que integram uma orquestra sinfônica, de canto e de composição, além do inusitado e pouco conhecido eufônio. Grupos de alunos, então, eram selecionados para formarem uma orquestra e uma banda sinfônicas – ambas as experiências com vistas a fazer concertos. Ainda, cada turma dedicada a um instrumento organizava recitais apresentados no turno da tarde, diariamente, na Biblioteca Municipal. Esse mesmo lugar recebia, no início da noite, concertos de câmara com os professores participantes do festival. Foram, portanto, dias de atividades intensas que envolveram cerca de 270 aprendizes e 45 mestres. O número total de público, de acordo com a organização, superou 30 mil pessoas.

O docente do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS Fernando Mattos destaca a interação entre todos os participantes. Para se ter uma ideia do clima que se instala em Pelotas durante o período, o professor de composição narra o processo que se desenca-deou depois que recebeu de presente um livro de poemas de Cleonice Bourscheid: “Peguei seis poemas e compus seis canções. A professora italiana de canto Patrizia Morandini disse que vai cantar na Itália”.

**Intercâmbio constante** – Esta não é a única história que o professor conta para mostrar o quanto as coisas acontecem em razão desse ambiente: preparada no decorrer do evento por Fernando, a composição *Cordas IV* foi estreada ainda no festival por um conjunto formado por 13 violonistas que receberam aulas com a professora argentina Maria Isabel Siewers. “Gera a oportunidade de criar música nova”, assevera. Sobre a experiência pedagógica, o professor relata que tem de oferecer aos estudantes material de estudos e referências para muito tempo. “Quando eu participava de festivais enquanto estudante, chegava a processar material três ou quatro anos depois”, relata.

A pianista e professora do curso de Música da Universidade, Catarina Domenici, descreve a possibilidade de participar pela primeira vez do evento musical realizado em Pelotas como “maravilhosa”. “A programação é excelente, e os alunos são muito bons. Grande número, inclusive, é da UFRGS, graduação e pós.” Além disso, Catarina destaca a experiência que esses estudantes têm ao tocarem com a orquestra e

a banda sinfônicas: “Vários estão fazendo isso pela primeira vez na vida. Tocar com um regente é uma aprendizagem incrível”. A classe com que a docente tinha encontros diários era formada por 14 alunos. Nela, desenvolveram um repertório solo e prepararam música para os concertos de câmara executados em parceria com outros instrumentistas e cantores. “Há todo o ambiente musical criado em torno do festival, com uma programação intensa. Eles podem assistir a três concertos por dia, conviver com colegas”, anima-se.

Também estreado no evento, o violinista Emerson Kretschmer se diz impressionado com a experiência. “Sempre gostei de dar aula”, comenta o instrumentista que se formou em música pela Universidade e já atuou na instituição como professor substituto quando ainda recém-graduado. Atualmente ocupa o posto de *spalla* – primeiro violino – na Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) e na Orquestra da Ulbra e avalia que o festival representa a possibilidade de encontrar colegas músicos de diversas partes do mundo. Entre os docentes de violino, estavam dois brasileiros, um alemão, um italiano e um israelense. “A maior lembrança que levo é quando ensino algo para o aluno e ele fica contente com o que eu disse. Ele melhora e vai usar para o resto da vida como instrumentista. Isso é muito gratificante, emocionante”, sintetiza.

Para Hella Franck, professora de violino, viola e música de câmara do Departamento de Música da UFRGS, o ambiente do festival é rico e inspirador. “Frequentávamos concertos à noite, o que promovia um convívio com professores de

outros instrumentos”, conta. Ainda, para ela, o contato com seus pares também lhe possibilita ver outras formas de dar aula. “O aprendizado é de todos. Conseguimos inspirar alunos e ver olhos brilhando quando ensinamos coisas”, afirma. Essa foi a quarta vez que Hella participou do evento como docente de viola

e, a partir desse contato, diz sobre a cidade: “Pelotas recebe muito bem o festival. Os concertos estão sempre lotados, o público gosta. Nos recitais de música de câmara tem fila para entrar. É bonito de ver como a população local trata bem os visitantes. Chegam a cumprimentar os músicos na rua pelos concertos”.

## Aprendizado intenso

Experiente no Festival Internacional SESC de Música de Pelotas é, sem dúvida, o flautista João Pedro Germano Pagliosa: esteve em todas as sete edições. Graduado pela Universidade Federal de Pelotas, atualmente faz mestrado em Música na UFRGS e atua nas orquestras de sopros de Novo Hamburgo e Eintracht, de Campo Bom. Na opinião do músico, a particularidade do evento sulino, em se comparando com outros similares que acontecem pelo Brasil, é um espírito menos competitivo: “Sempre têm muitos profissionais, e todo mundo tenta dar seu melhor, se ajuda para ter um melhor desempenho”. Para João Pedro, o ponto alto da edição deste ano foi a sua seleção, na primeira semana do evento, para compor a orquestra acadêmica; na semana seguinte, integrou a banda sinfônica. Em ambos os casos, era o responsável por tocar flautim – espécie de flauta pequena com som bem agudo. “Essa experiência foi tão importante quanto estar nas aulas. Somos músicos, uns mais amadores, outros mais profissionais. Nosso ambiente de trabalho é o palco, então não tem lugar melhor para estar”, avalia. E enfatiza: “Estava numa das situações mais expostas, por ser flautim, já que é um só na sinfonia. Se cometesse algum erro, o Teatro Guarany estaria inteiro assistindo”. Para o flautista, ainda, a pressão de ter de preparar o repertório em pouco tempo e de se submeter a uma seleção, como foi para a formação dos dois conjuntos, também são experiências importantes para a sua carreira.

O contrabaixista Samuel Pasqualetto também tem uma avaliação positiva de sua participação no Festival e enfatiza a experiência com os professores do evento: o italiano Alberto Bocini, que já atuou em diversas orquestras europeias; e o gaúcho Eder Kinappe, graduado em contrabaixo pela UFRGS, atualmente integrante da OSPA e professor do Conservatório Pablo Komlòs (em Porto Alegre). Para Samuel, que atua como músico de apoio para diversas orquestras, a dinâmica das aulas era a que considera ideal: cada um dos quatorze alunos de contrabaixo inscritos teve quatro aulas individuais de uma hora de duração cada; além disso, todos assistiam às aulas dos colegas. “Foi uma imersão de conhecimento, duas semanas muito intensas”, opina. Para ele, o maior aprendizado na convivência com colegas de diversas origens foi perceber como são os cenários musicais de outros lugares: “O país inteiro tem uma realidade de busca de alternativas de emprego. As vagas de orquestra sinfônica não são muitas, então as pessoas buscam formas de gerar renda”, completa.



# Da sala de aula para o Teatro Guarany

**Missa do Orfanato** Projeto Ópera na UFRGS leva espetáculo cênico-musical para o interior

Everton Cardoso

Era quinta-feira, 19 de janeiro, e o Teatro Guarany, de Pelotas, tinha os seus 1.300 lugares ocupados para o principal espetáculo do 7.º Festival Internacional SESC de Música para aquela data. No palco, o projeto Ópera na UFRGS apresentava o espetáculo cênico-musical *Missa do Orfanato: tempos de solidão*, com dramaturgia e coreografias a partir da peça composta por Wolfgang Amadeus Mozart em 1768. Em dado momento, paralisa-se a cena e o ator e bailarino Pedro Bertoldi se posiciona junto ao proscênio para um dos momentos mais emblemáticos da noite: “Primeiramente eu gostaria de mandar um beijo para o meu filho, que estaria fazendo 100 anos se tivesse nascido, senhor telespectador. No descongelamento das calotas polares, daqui a 20 anos, haverá uma homenagem ao meu estômago delgado e às minhas tripas, que se enroscam no meu peito com enorme entusiasmo, e também um banquete para o qual alguns de vocês receberão convites. A maioria, não. Esse banquete é em homenagem ao nosso maior trabalhador da nação, que no alto de seus 241 anos está em vias de se aposentar: Papai Noel. Aliás, um beijo para a Mamã Noela e a todos os duendes. Antes que eu esqueça, este também será o grande dia para o nosso herói patriota, Tio Patinhas, que pelo bem do povo guarda o seu dinheiro em potes de Häagen-Dazs. Perdão, estou com uma coisa na garganta. Acho que estou com hipocrisia. Mas isso não impede que eu parabeneze o meu cachorro pela passagem do seu aniversário. Pelos perdidos e abandonados. Pelos cafetões e pelas cafeterias. Pelos aviões sumidos a jato, eu digo: não estamos em crise! Senhores passageiros, coloquem o cinto de segurança. Infelizmente, não contamos com máscaras de oxigênio. Trabalhem!” A plateia, que silenciara durante o monólogo, ovaciona ao final.

Para o estudante de Bacharelado em Teatro – Interpretação Teatral, esse é sempre um momento de nervosismo no espetáculo; em Pelotas, ele conta, foi surpreendente. Isso porque, naquela tarde, ocorrera a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki num acidente aéreo em Paraty, no estado do Rio de Janeiro. A professora do Departamento de Arte Dramática da UFRGS e diretora cênica da produção Camila Bauer dera-lhe, então, uma missão: reescrever o texto que haviam apresentado nas récitas anteriores do espetáculo no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, em junho do ano passado. “Faltavam 2 horas para o início. Então, começamos a quebrar a cabeça de como tratar de maneira subentendida. Nosso medo era a reação das pessoas”, revela Pedro. A surpresa, então, foi com relação aos aplausos: “Era tudo que queri-

amos dizer, e sentir que o público estava entendendo foi gratificante”. A cena, para o estudante, tem um sentido bastante marcante no espetáculo: surgiu a partir de ideias dos próprios alunos que participavam da montagem. Eles traziam para os ensaios elementos da realidade que consideravam importantes usar como inspiração para cenas. Além disso, o Brasil, naquele momento, vivia a expectativa e a agitação com relação ao processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff; muitos eram os protestos e manifestações. “A ópera nasceu da nossa participação nesses movimentos. Eu fiz o texto e fui entrando na parte da atuação”, rememora. Se no início Pedro – em sua primeira participação de um projeto do gênero – seria responsável pela dramaturgia, então assumia um novo lugar. “Essa cena é sempre um desafio grande. É como se não fosse a minha voz, mas a de milhões de pessoas que queriam dizer aquilo. É a mensagem de todo o espetáculo, e está pela minha voz. É como se meu corpo fosse o de todas essas pessoas. É como se fosse porta-voz de uma mensagem”, reflete.

**Processo colaborativo** – Para a também atriz e bailarina Laura Hickmann, a dinâmica de produção do espetáculo foi bastante proveitosa, já que desde o começo as ideias foram discutidas conjuntamente entre os estudantes, com orientação dos professores responsáveis. “Foram três meses de trabalho. No começo, ensaiávamos três vezes por semana. Depois, foram quatro vezes, mais os ensaios gerais”, conta. Como todo o processo foi muito coletivo, a discente do Bacharelado em Teatro – Interpretação Teatral conta que foi necessário que os estudantes estivessem sempre muito atentos ao processo todo e que participassem desde a parte artística até a parte mais pesada da produção: tiveram de ajudar no carregamento e descarregamento dos cenários e objetos de cena em Porto Alegre e Pelotas; e, no Teatro Guarany, depois da saída do público, foram eles mesmos que, jogados no piso, juntaram todo o papel rasgado que resta ao final da *Missa do Orfanato* na versão que eles propõem. Para ela, ainda, a liberdade criativa foi um elemento importante: “Nós, alunos do elenco, não tínhamos uma história, uma dramaturgia tradicional. Tivemos a responsabilidade de ser atores e criadores. Depois dessa experiência, me senti mais pronta para entrar em processos em que possa propor coisas a partir da minha criatividade, muito mais que seguir roteiros preestabelecidos”, avalia.

Para a integrante do coro Ana Maria Ribeiro Althoff, essa experiência de trabalho em grupo foi o grande aprendizado ao participar do espetáculo. Estudante de Bacharelado em Música – Regência Coral



Estudantes apresentam montagem para música de Mozart em Pelotas

na UFRGS, ela destaca o quanto o trabalho coletivo é fundamental em sua prática profissional como regente, preparadora e acompanhadora de coros. “Os alunos, muitas vezes, não têm uma experiência como essa nem depois de formados”, pondera. A participação no Festival de Pelotas, para ela, foi a oportunidade para reencontrar os parceiros de palco e, como enfatiza, sair do contexto universitário. Se já havia sido importante para Ana Maria apresentar a *Missa do Orfanato* no Theatro São Pedro, ir para outras cidades do estado foi mais ainda. “A Universidade deve sair do seu quadradinho”, sublinha.

**Pelo interior** – Com um trabalho mais de bastidores, o estudante de Licenciatura em Artes Visuais Renan Vilas atuou na produção da cenografia e também como

contrarregista durante as apresentações. Segundo ele, o movimento de distanciar-se de casa foi provavelmente o mais valioso da experiência de estar em Pelotas: não podiam acorrer a auxílios que teriam ao alcance em Porto Alegre. No seu caso específico, ele cita o vestido de papel manteiga que executava para uma cena que tratava da objetificação da mulher: uma noiva entra portando a vestimenta efêmera; um grupo de homens, então, grafita sobre a peça a silhueta de uma mulher nua e, depois, rasgam o vestido e deixam a atriz completamente nua no centro do palco. Como aprendera e tivera auxílio de sua avó para fazer os canudinhos de papel que serviam de base para o vestido, distanciar-se da capital não lhe permitia pedir auxílio em caso de necessidade.

Pedro Bertoldi destaca, ainda, que na experiência que tiveram em

Pelotas o mais impressionante é estar numa cidade em que as pessoas respiram música durante os doze dias do Festival. “Aonde íamos as pessoas comentavam”, conta. E diz sobre a oportunidade de se apresentar num dos principais palcos do interior do Rio Grande do Sul, o do Guarany: “A sensação é de estar num templo. O Theatro São Pedro tem uma aura ao seu redor. Alunos de uma universidade pública pisando naquele palco para levar arte já é incrível. E no Guarany foi mais louco ainda. Era muito maior. É interessante que a UFRGS leve para o interior do estado um trabalho tão vivo como a *Missa do Orfanato*”. Para ele, estar num teatro é um ritual de entrega e troca entre público e artistas. “O Pedro que saiu de lá não é o mesmo que chegou. Sai com visão mais profunda do que é levar a arte para as pessoas”, comemora.



# Dinâmicas sociais e naturais

**Pesquisa** Livro aborda os conflitos ambientais e tecnológicos a partir das ciências sociais

O Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) lançou na última Feira do Livro a sua primeira obra, *Conflitos Ambientais e Controvérsias em Ciência e Tecnologia*, que reúne trabalhos produzidos ao longo dos últimos dez anos. Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), o grupo tem dois grandes eixos de pesquisa: o dos conflitos ambientais e o das controvérsias em ciência e tecnologia – eixos que se refletem também na divisão do livro. O organizador da obra e coordenador do grupo, Jalcione Almeida, explica que os 12 trabalhos de pesquisa selecionados tentam mobilizar autores e referenciais no campo da Sociologia e da Antropologia para o estudo das relações entre sociedade e natureza e das problemáticas que ali se situam.

O livro gira em torno das questões ambientais, e, para entender as reflexões e discussões produzidas, é preciso compreender o que é ambiente a partir da Sociologia e da Filosofia. “Ambiente é aqui entendido como tudo o que é produzido na interseção entre fatos de sociedade e acontecimentos de natureza. Ambiente para nós é uma categoria híbrida de sociedade e de natureza”, esclarece Jalcione. Como exemplo, o primeiro capítulo do livro traz no título a frase “A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é Xingu”, propondo-se a analisar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no norte do Pará. A tensão

está em torno da articulação entre ambientalistas, comunidades indígenas, ribeirinhos, entre outros, e os rios, animais e matas, tendo em pauta “o que é prioritário na construção do mundo comum”.

Esse conhecimento científico que o livro se propõe a produzir é uma contribuição recente. De acordo com o coordenador, a sociologia se legitimou até então como uma ciência que estuda o social – e não uma ciência para estudar o natural. Quando os conflitos ambientais surgiram e provocaram uma análise, a disciplina se viu sem instrumentos para investigar esses conflitos. A partir de meados da década de 1990, apareceram autores que passaram a questionar as limitações da sociologia para estudar essas problemáticas da confluência entre sociedade e natureza, propondo, assim, reflexões e estudos. Nesse sentido, a obra carrega importância para o campo acadêmico como forma de enfrentar essa nova área de estudo. No entanto, Jalcione destaca também a importância do livro para entender cada conflito especificamente: saber o que o move, o que está em jogo, quem são os atores e qual o seu significado. “Esse tipo de trabalho se propõe a fazer uma contribuição: instrumentalizar não só a discussão no campo acadêmico, mas também o debate social, o debate político mais geral. Inclusive, é uma pretensão que possa surgir um diálogo que vá alimentar as políticas públicas ambientais, subsidiar políticas



A ocupação do canteiro de obras da Usina de Belo Monte, em maio de 2013, é ilustrativa da dinâmica do conflito em torno dos grandes projetos de desenvolvimento

mais adequadas à problemática, apresentar soluções aos problemas na área ambiental”, esclarece.

A sequência desse primeiro livro já está em movimentação. A ideia é reunir textos a partir de 2016 que sigam a mesma temática. Para a segunda edição, Jalcione comenta que não necessariamente todos os capítulos serão de integrantes do TEMAS, podendo ser selecionados trabalhos de outros pesquisadores envolvidos com essa linha de pesquisa. A obra foi viabilizada graças a uma parceria com a Editora da UFRGS, os Programas de Pós-graduação em

Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já foi lançada em diversos eventos científicos e se encontra à venda no site da editora (<http://www.ufrgs.br/editora/>), nos programas de pós-graduação citados e também em algumas livrarias com as quais o PGDR tem convênio.

br/editora/), nos programas de pós-graduação citados e também em algumas livrarias com as quais o PGDR tem convênio.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



## Conflitos Ambientais e Controvérsias em Ciência e Tecnologia

Jalcione Almeida (org.)  
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016  
352 páginas | R\$ 40,00



## Habitat

Amaro Abreu | Porto Alegre: Libretos, 2016  
119 páginas | R\$ 40 (preço médio)

## O todo de cada um

Reflexões sobre como os ideais de alegria e tristeza no mundo de hoje podem moldar nossos comportamentos e nos submeter ao que é esperado, fazendo com que deixemos de lado nossas buscas interiores mais reais e profundas. Percepções sobre o modo distante com que nos relacionamos com a natureza. O entrelaçamento de ambos os aspectos é o que busca explorar o artista plástico Amaro Abreu em seu trabalho *Habitat*, o qual agora está documentado em livro homônimo. As páginas da publicação rezeam-se entre textos do artista que nos conduzem nas interpretações de seus desenhos, e ilustrações que estampam quase integralmente o livro. São obras que remetem a figuras surreais bastante coloridas, com olhos expressivos que vagam muitas vezes por ambientes quase oníricos e revelam uma percepção do mundo como possibilidade e diversidade. As pinturas feitas em muros espalhados por lugares do Brasil e do exterior – como França, Alemanha e México – juntam-

se a pequenos relatos sobre os locais, as impressões e vivências do artista e considerações sobre como o fazer artístico se reconecta nos contrastes entre o urbano e a natureza. É simbólico o registro da marca deixada pelo artista plástico no trecho preservado do Muro de Berlim, o qual agora dá espaço à arte como símbolo de liberdade de expressão e conversa com a perspectiva de Amaro na busca pela exploração dos muitos habitats, criados por ele, deste mundo em que seja possível a convivência entre as pessoas e as espécies todas, onde não existam guerras e o caráter humano se sobreponha. Os textos do artista revelam um olhar de descrença nos modos como construímos o que chamamos de progresso, propondo repensar os padrões e as relações entre os seres e as coisas. Também convidam a olhar os entrelaces e os pontos de encontro dos habitats, que somente coexistirão em harmonia se respeitados, tratados com horizontalidade e igualdade. (Júlia Costa)



## Sopapo Poético: Pretessência

Lilian Rose Marques da Rocha [et. al]. (orgs.) | Porto Alegre: Libretos, 2016  
224 páginas | R\$ 29 (preço médio)

## Daqui pra frente só há futuro...

O livro *Sopapo Poético: Pretessência* é resultado das ações de uma coletividade ativa que produz e celebra a literatura negra. Esse coletivo não está descolado do movimento negro e produz, sobretudo, para dar-se voz e para inventar-se: “Somos todos ‘Oliveira Silveira’/ Numa busca contínua por maior conscientização” – citando o poeta e ativista que se tornou referência, especialmente por ser um dos idealizadores do dia da consciência negra. Entre as atividades do grupo, o Sopapo Poético – um sarau que acontece há quatro anos, em que se reúnem consagrados e jovens escritores para celebrar “a literatura negra, tão viva, libertária e impactante, escrita e organizada por negras e negros, conferindo legitimidade à sua existência” e “denunciando estereótipos impostos pelo racismo”. O livro, portanto, é uma coletânea de textos de poetas que promovem o sarau. Entre as características dos poemas, cujo apuro formal não se descola da contundência semântica, a denúncia de discriminação e invisibilidade cultural. “Não! Não é só – papo / Exercitar

a literatura em estado de confraternização / Abrir espaços aos leigos e tantos irmãos / Socializar o nosso mundo, cicatrizar as feridas da discriminação [...] Viemos dialogar com a fala regional do sul / Para clarear o lusco-fusco com as cores da alegria / Em pleno século XXI, soltar os grilhões da nossa falsa alforria.” Na voz dos autores, ainda, o grito pelo direito ao protagonismo. “Nas páginas brancas dos livros / Fatos e episódios distorcidos / Heróis e guerreiros negros excluídos / Nas brancas páginas dos livros / Não se encontra nada escrito / Sobre Akotirene, João Cândido, Dandara, Dom Obá.” Ou em “Ontem, vulgo analfabeto / Sem registro, sem memória / Hoje, João da Silva, / Cidadão, sujeito / De sua própria criação.” A edição é bem cuidada, como costumam ser as publicações da Libretos. Essa coletânea não é apenas um apanhado de textos; produz-se de um conjunto de vozes, explicado na noção ‘ubuntu’ (da língua zulu), que, conforme Desmond Tutu, significa *a minha humanidade está intrinsecamente ligada à sua humanidade*. (Antônio Falchetta)

## Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



### Sempre de bom humor

O ano de 1983 foi marcante. Em um mundo ainda polarizado pelo contexto da Guerra Fria, pela primeira vez desde o golpe civil-militar, governadores eleitos pelo voto direto tomavam posse. De lá para cá já se vão 34 anos e muitas mudanças. Porém, em um local da UFRGS existe uma pessoa que acompanha e faz parte das transformações que ocorreram nesse tempo.

No dia 22 de dezembro de 1983, Lourdes Cristina Belmonte da Silveira, ou Lourdinha, como é conhecida, começou a trabalhar na secretaria do Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV), que fica no Câmpus do Vale da UFRGS. Chegou como auxiliar do secretário, e, em 1992, assumiu como secretária indicada pela direção do hospital e não saiu mais do setor.

Ao chegar à secretaria do HCV, encontrei Lourdes encabulada e tímida. Ao longo da conversa, foi relaxando. Sua rotina começa às sete e meia da manhã. A primeira missão, bem antes de atender o público, é preparar café para o primeiro grupo de médicos veterinários.

Sempre de bom humor, ela se tornou querida pelos colegas – que, inclusive, fizeram a sugestão para que ela estivesse na coluna do *Meu Lugar* – e pelo público que frequenta o local. “Como entrei com apenas 18 anos de idade, conheço muito bem tudo por aqui. Dentre as coisas que ganhei com minha experiência está a capacidade de tratar a todos da mesma maneira, sejam médicos, residentes, professores ou donos dos animais, sem nenhum tipo de restrição”, explica.

Entre suas tarefas diárias, há uma que se caracteriza por seu papel social, pois cabe a ela, na função de secretária da instituição, fazer a análise socioeconômica de cada caso para determinar se a consulta será ou não cobrada. Considerado um dos maiores da América Latina, o HCV realiza aproximadamente 20 mil atendimentos por ano, entre animais de pequeno e grande porte. Por conta dessa variada clientela, Lourdes já presenciou cenas que farão parte eternamente de sua memória.

Ela relembra em especial duas dessas histórias: a ocasião em que um camelo foi atendido e o dia em que o leão de um circo que estava na cidade chegou no hospital muito debilitado.

Além da satisfação que sempre sentiu em trabalhar no Hospital e poder fazer parte de um cotidiano tão peculiar em muitos momentos e gratificante quase sempre, em função do serviço que é prestado à comunidade, tem ainda a comodidade de morar próximo ao trabalho. Circunstância que possibilita que almoce todos os dias em casa: “Acaba que não preciso passar o intervalo dentro do câmpus; posso ficar um tempo com minha família”, conta.

Profissional experiente, Lourdes reconhece que “cuidar de um hospital veterinário é difícil”. Além das necessidades dos animais e das particularidades de seus donos – com quem afirma ter um bom relacionamento –, ela comenta que precisa lidar com os técnicos – com demandas totalmente diferentes entre si –, os professores e os alunos – que têm outro tipo de exigências, utilizando o local para aulas práticas. Entretanto, muito longe de reclamar dessa diversidade de demandas, ela afirma que foi justamente isso que a ajudou a desenvolver o jogo de cintura no trato com todos.

Depois de mais de três décadas de trabalho no Hospital, este pode ser o último ano em que Lourdes trabalha no setor, pois está preparando sua aposentadoria. “Vou sentir falta dessa rotina maluca que temos por aqui, mas vou sair feliz, sei que é hora de renovar o pessoal que trabalha no HCV”, conclui com um sorriso tranquilo.

**Kayan Moura, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

## Perfil

# Há muito a aprender



### Fernando Seffner *Professor se dedica às temáticas de gênero e sexualidade*

Natural de Porto Alegre, aos 60 anos de idade Fernando Seffner segue apaixonado pela cidade. “Não tenho a menor dúvida de que eu vá morrer aqui”, afirma com olhar deslumbrado em direção à janela. Professor de História desde 1995, da Pós-graduação na linha de temas relacionados a Educação, Sexualidade e Relações de Gênero desde 2003 e também engajado em pesquisas relacionadas à AIDS, ele entrou na UFRGS em 1976 no curso de Geologia. “Se eu não tivesse feito vestibular na UFRGS, a alternativa era nunca ter entrado em uma universidade”, revela.

Filho de família pobre – pai metalúrgico e mãe comerciária com grau de estudo mínimo –, ele, o irmão e a irmã estudaram a vida toda na escola pública e trabalharam desde cedo. Após a formação em Geologia, o futuro o encaminhava a uma rota em que a carreira desse frutos mais cedo, tendo sido o primeiro colocado em concurso da Petrobras. Entretanto, o momento político pelo qual o Brasil estava passando foi decisivo para a mudança de profissão. “Eu estudei nos anos em que a ditadura estava terminando, então isso era uma coisa muito forte”, explica Fernando. As tendências de esquerda do professor o levaram até o curso de licenciatura em História, onde então pôde descobrir sua verdadeira vocação. Em paralelo a isso, influenciado pelo final da ditadura, Seffner ingressa no Partido dos Trabalhadores, chegando a ser candidato nas primeiras eleições gerais em 1982.

O interesse pelos movimentos sociais e sindicais encaminhou-o para um mestrado em Ciências Sociais. A ideia inicial era tratar

dos sindicatos no Rio Grande do Sul, porém, novamente se viu em um dilema interno. “Assim que entrei no curso de História, a epidemia de AIDS tornou-se um fenômeno visível no Brasil e tive muitos amigos atingidos por ela. Eu sou um sujeito gay, e então eu comecei a participar do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção a AIDS)”, relata. O professor percebeu que esse poderia ser também um campo de estudo, já que logo a questão da AIDS se converteu em um movimento social. Foi assim que decidiu fazer sua dissertação sobre esse movimento e as pessoas vivendo com o HIV. O engajamento na militância o fez trancar o mestrado por um tempo, mas conseguiu retornar e concluí-lo. Em relação à pesquisa, Fernando conta que o que ficou marcado nele – mais do que o tema da AIDS – foram os temas de gênero e sexualidade. “Comecei a me dar conta de que esse assunto é apaixonante, mas ele não tinha essa dimensão que tem agora. Os temas de gênero e de sexualidade constituem um pânico moral na sociedade brasileira”, opina com um ar sarcástico. Atualmente, ele é convidado a participar em bancas de diferentes cursos em que os trabalhos lançam um olhar sobre gênero ou sobre a temática da sexualidade. Seffner conta que tem prazer em circular por diferentes áreas do conhecimento na UFRGS, ficando a par das discussões e polêmicas em torno desses temas. “Adoro ver onde o assunto leva”, provoca.

Fora do trabalho, Fernando gasta seu tempo lendo literatura – seu último livro foi *A Mulher do Próximo*, de Gay Talese, clássico da história da sexualidade.

Razoavelmente preocupado com a saúde, gosta de caminhadas, corridas e faz três vezes por semana treinamento funcional. Entretanto, revela que a atividade que mais lhe dá prazer é o trabalho e as coisas que o rodeiam. “Tem dias em que eu me dou conta de que o que mais gosto de fazer é trabalhar. Encontrar pessoas, orientar, discutir. Gosto muito de estar circulando nesse ambiente, sou o próprio filho da UFRGS”, revela Fernando, pensativo sobre os rumos a tomar no futuro.

Hoje, abandonou completamente a militância partidária e sindical. Depois do pós-doutorado em 2015 na Columbia University, em Nova York, retomou seu interesse pela questão da AIDS. “Eu voltei a me sentir muito ativo nessa militância que cobra das políticas públicas no Rio Grande do Sul o enfrentamento do HIV”, enfatiza. O docente conta que está muito em paz com a sua carreira, mas ainda existem desafios em relação aos estudos – parcerias e discussões ligadas à questão de gênero – para os quais ele gostaria de se dedicar com mais calma. “Tem outro tema também que é absolutamente fascinante que é o tema trans”, pontua Fernando, que foi o orientador da primeira dissertação de mestrado defendida na UFRGS por uma professora transexual, Marina Reidel. Mesmo na “idade da aposentadoria”, Seffner afirma que não tem a menor vontade de parar de trabalhar. Ele ainda se vê surfando por todos esses assuntos, sabendo que ainda há muito o que aprender e, também, contribuir.

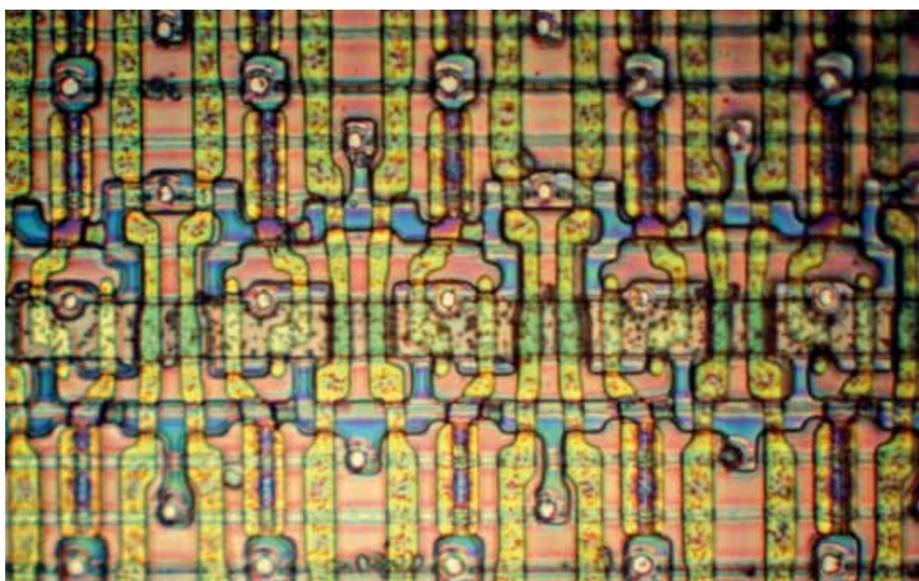
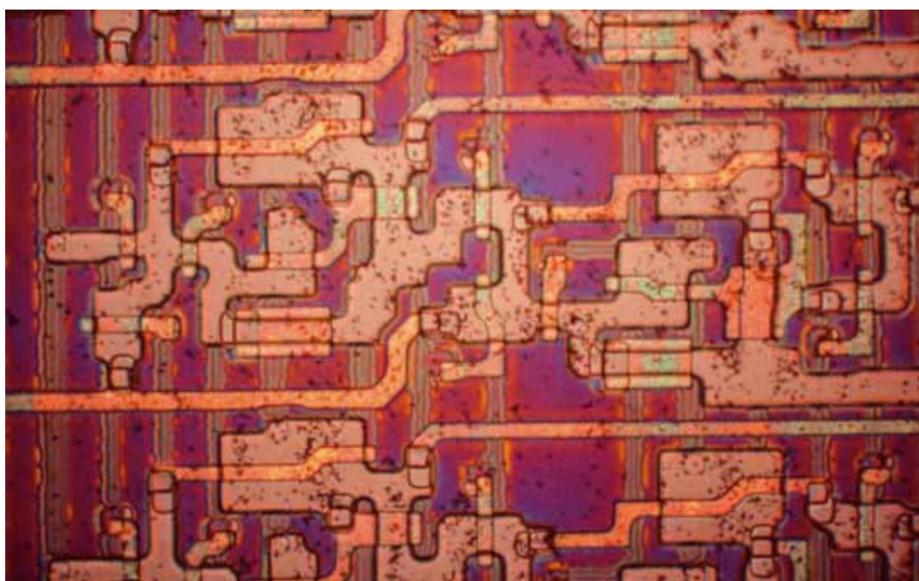
**Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico**



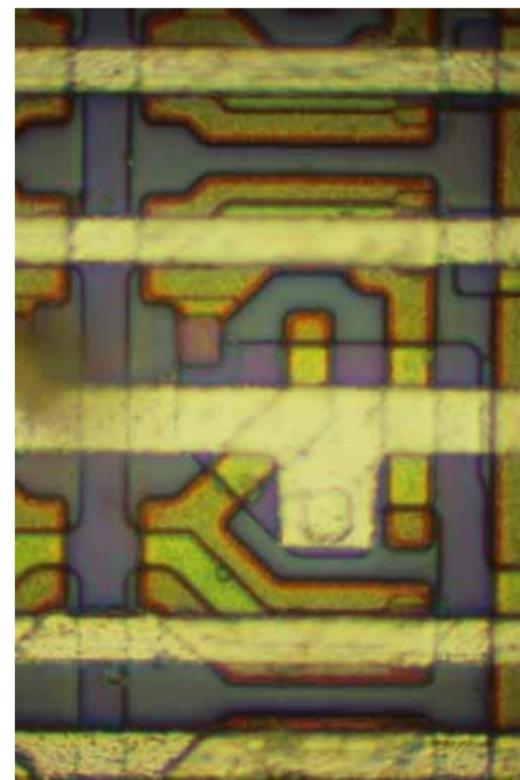
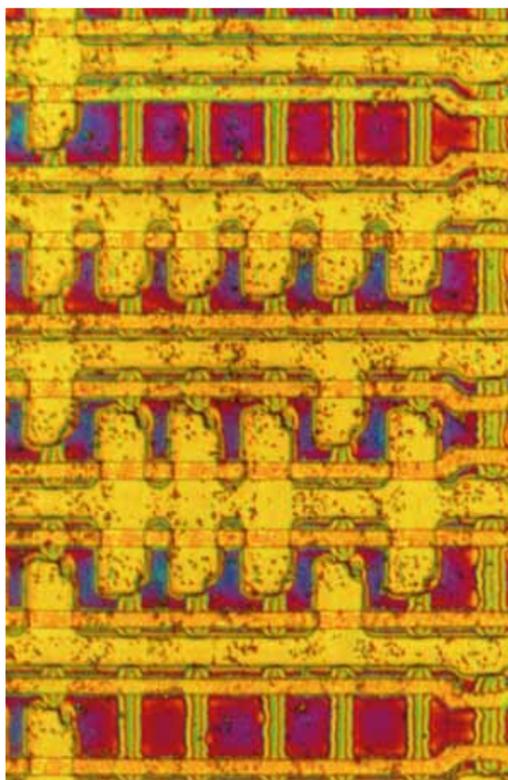
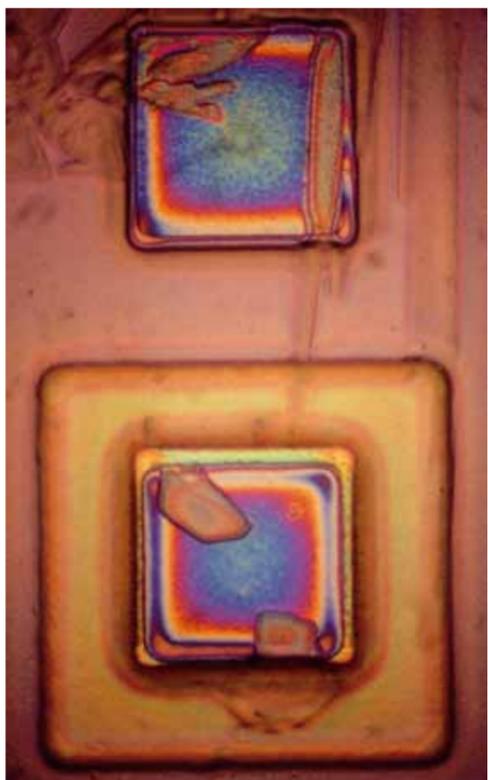
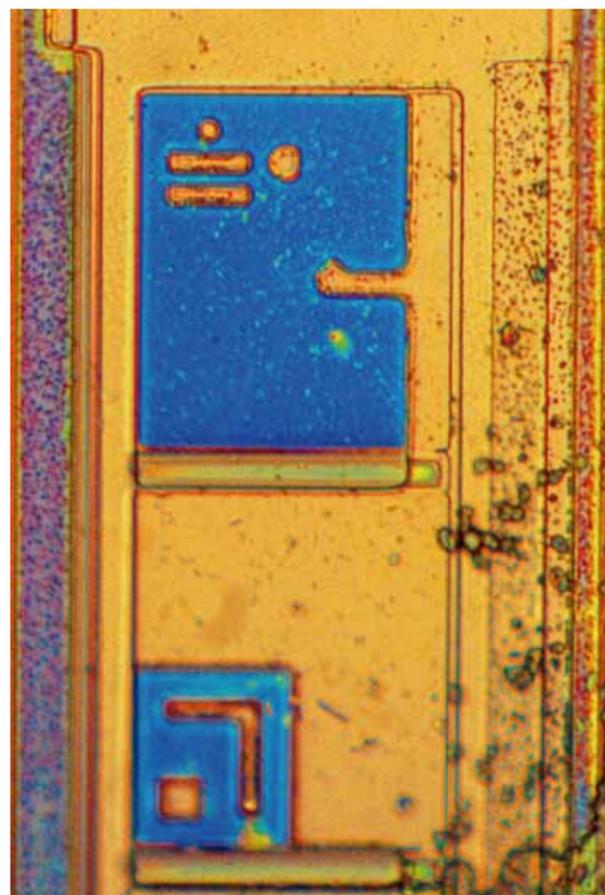
# Chips



FOTOS **RICARDO REIS** TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



Circuitos eletrônicos movem nossa vida. Quase tudo de que dependemos passa por eles. Facilitam o cotidiano, são demasiadamente necessários. E podem, mesmo, assumir alguma beleza plástica. Uma curiosidade, no mínimo. As imagens desta página são de circuitos integrados fotografados pelo professor Ricardo Reis, do Instituto de Informática da UFRGS. Foram feitas durante os estudos de seu doutorado, ainda nos anos 1980. Buscava entender como eram construídos para poder compreender a arquitetura de sua constituição, o que Ricardo chama de engenharia reversa. “Na época, o objetivo era aprender como os circuitos eram produzidos. Não havia uma bibliografia que tratasse disso, era segredo industrial. A análise da engenharia reversa do microprocessador ajudava a entender de que maneira um transistor estava conectado a outro, o que permitia ver qual era a lógica do circuito, a sua arquitetura, o que ele fazia”, explica Ricardo. Mas havia outro elemento menos objetivo: durante a graduação, paralelamente ao curso de Computação, Ricardo estudou Artes, no IA. “Fiz três semestres, aprendi um pouco de fotografia, além de outras coisas. Depois, a informática não me deixou mais tempo. Na volta do doutorado tentei retomar, mas aí as necessidades da pesquisa me absorveram.” As imagens, fotografadas entre 1980 e 1988, foram feitas utilizando um microscópio ótico, que permitia magnificações em torno de mil vezes, com uma lente Zeiss e adaptadores para câmeras fotográficas. As câmeras eram analógicas e utilizavam filmes. “Fotografava com slides Kodachrome que eram revelados na França.” [Nota “técnica”: lentes Zeiss e filmes Kodachrome são parte do imaginário clássico de fotógrafos.] As cores vinham do tratamento dado aos componentes eletrônicos: Ricardo os lavava com ácido para retirar as partes de metal, o que facilitava fotografar. A reação do ácido com os diferentes materiais ou com as suas diferentes densidades gerava cores sempre imprevisíveis. “Tudo dependia dos materiais em questão. Algumas vezes, em um mesmo circuito podiam aparecer cores muito diferentes. Era sempre uma surpresa.”



## Trabalho em disputa

TEXTO SAMANTHA KLEIN FOTOS FLÁVIO DUTRA

Como não existe vida completamente solitária e imune, com exceção para os ermitões, a convivência não está isenta da influência dos agentes sociais, sejam organizações públicas ou privadas. Desde a realização de uma reforma inconsequente por um morador de um prédio que afetou o apartamento do vizinho ao canetaço do presidente da República a respeito de uma mudança na legislação que pode modificar as relações de trabalho de milhares de pessoas, temos todas nossas vidas expostas à intervenção alheia. Por isso se diz que uma sociedade democrática depende também do diálogo para funcionar.

Justamente por conta do potencial explosivo da proposta de minirreforma trabalhista enviada no final do ano passado ao Congresso, o presidente da República, Michel Temer, voltou atrás na ideia de assinar uma medida provisória sem dialogar com os envolvidos. No entanto, os ânimos não foram totalmente arrefecidos, considerando-se que outro projeto, o de reforma da Previdência, ganhou prioridade a galope na fila de discussões na Câmara dos Deputados, antes da questão trabalhista. Além disso, as centrais sindicais demandaram ao governo federal a tramitação sem regime de urgência para permitir um maior espectro de debates sobre o tema. A proposta estabelece 12 pontos que poderão ser negociados entre os empresários e os sindicatos que representam os trabalhadores por meio de convenção coletiva.

O assunto necessariamente é polêmico porque estabelece uma dicotomia entre empregados e empregadores. De um lado está o receio da precarização do trabalho; de outro, a defesa da flexibilização de uma legislação considerada ultrapassada. Entretanto, muito da Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT) já foi reformado por meio de súmulas no Supremo Tribunal Federal (STF), decisões do Ministério do Trabalho e leis complementares nas últimas décadas.

Exemplo disso é a questão das jornadas laborais flexíveis. O banco de horas, o qual já permite que o trabalhador troque uma hora extra em um dia por uma hora de descanso em outro, foi instituído pela Lei 9.601 de 1998. Em tese, toda hora a mais deve ser remunerada com um valor adicional de 50%. Já em feriados, o pagamento pode chegar a 100%. Porém, pelo sistema de compensação, cada hora excedente trabalhada em um dia é “trocada” por apenas uma hora de descanso em outro.

Outra questão em discussão é o intervalo intrajornada. A CLT prevê o tempo de 1h para o almoço, porém, a portaria 1.095 do Ministério do Trabalho já permite que a pausa seja reduzida desde que a empresa tenha um refeitório em boas condições e que o funcionário não faça horas extras. Ou seja, se o trabalhador não tiver de ficar na companhia além do seu horário normal e houver um local apropriado para alimentação, o tempo de almoço pode ser reduzido.

A proposta elaborada pelo governo ainda pretende autorizar a divisão das férias em até três períodos diferentes. Contudo, hoje já não precisam ser usufruídas em 30 dias corridos, uma vez que a própria CLT prevê a divisão do benefício em dois períodos, desde que um deles não seja menor que dez dias consecutivos. Se vários pontos da reforma já estão em vigor em leis e decisões posteriores à Consolidação das Leis do Trabalho e o acordo entre sindicatos dos trabalhadores e empresas estar previsto na Constituição Federal, o que move os defensores da proposta da mudança é a manutenção do problema da insegurança jurídica.



# Discórdia na ref

**B**astião das relações de trabalho no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi o presente de Getúlio Vargas aos trabalhadores em 1.º de maio de 1943. Diante de um cenário de industrialização e crescimento de um país ainda agrário, finalmente uma legislação espelhava no Brasil as lutas dos operários mundo afora a partir do século XIX. Enfim, uma lei colocava no papel os direitos que varreriam de vez os regimes de trabalho escravocratas. Os trabalhadores passaram a ter direito a férias, um salário mínimo, jornada de trabalho fixa, pagamento de horas extras, entre outros benefícios básicos.

É como se o século XX para o mundo do trabalho finalmente tivesse chegado ao Brasil. O estabelecimento de oito horas de jornada mostrava que a atividade laboral não poderia mais ser considerada sinônimo de escravidão. Ou seja, o indivíduo precisava conciliar os afazeres profissionais, o lazer e o tempo junto à família. “É até mesmo uma questão de saúde ter intervalo de 1h para o almoço, pois pesquisas mostram que a maioria dos casos de acidentes trabalhistas ocorre nas duas últimas horas de jornada. Por isso o descanso é fundamental”, diz o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

Com as mudanças ocorridas nas profissões e no próprio mundo do trabalho a partir da inserção cada vez mais acelerada da tecnologia nos ambientes produtivos, a CLT foi sendo reformada. A atividade realizada a distância, por exemplo, foi regulamentada no final de 2011. A Lei 12.551 prevê para esses trabalhadores a concessão dos mesmos direitos trabalhistas estabelecidos na CLT, como hora extra, adicional noturno e assistência em caso de acidente de trabalho para quem exerce atividade remota usando computadores e smartphones, mas ficaram abertas lacunas em relação ao controle da jornada de trabalho.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, acredita que o trabalho intermitente (criado para responder às necessidades das empresas que exercem atividade com descontinuidade ou intensidade variável), que começou a ser discutido no Congresso antes da atual proposta de reforma trabalhista, destaca que esse tipo de relação contratual-trabalhista é muito mais prejudicial do que o trabalho remoto. “Em geral, contratam-se jovens para trabalhar em horários de maior movimento. Assim, em tese, o trabalhador precisa ficar totalmente à disposição da empresa sem poder exercer outras atividades fixas, como estudos e resolução de problemas pessoais. Além disso, é pouco provável que vá ganhar horas extras”, afirma Germano.

Já o professor Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles, do Departamento de Direito Econômico e do

Trabalho da Faculdade de Direito da UFRGS, destaca que a valorização da negociação coletiva sobre o legislado é o ponto mais relevante da proposta. “A valorização da negociação coletiva é uma tendência mundial. Todos os países do centro europeu estão enaltecendo mais os acordos sindicais, a exemplo de Espanha, Portugal, França e Alemanha. Na América Latina, podemos dizer que o Uruguai e a Argentina têm uma cultura coletiva mais desenvolvida do que a do Brasil. Por isso é importante destacar o acordo coletivo a fim de atender às necessidades de determinadas categorias. Não é possível ter o mesmo regime para trabalhadores da indústria e do comércio varejista.”

**Quem ganha e quem perde** – O tema da reforma trabalhista, que pode ser votado ainda neste ano na Câmara dos Deputados, assim como a intenção do governo de modificar a Previdência Social, vem suscitando amplo debate sobre a possível precarização dos direitos trabalhistas. As altas taxas de desemprego inflam ainda mais os ânimos em torno do momento para a realização dessas mudanças. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o ano de 2016 terminou com o fechamento de 1,3 milhão de postos de trabalho formais. Em dezembro, mês em que tradicionalmente são criadas vagas temporárias, o saldo negativo entre admissões e demissões foi de 462.366 empregos. No setor de serviços, houve diminuição de 157 mil vagas e, no setor da construção civil, 82,5 mil postos foram fechados.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e região, Everton Gimenez, dezenas de categorias serão prejudicadas se os acordos entre empresários e trabalhadores estiverem acima do legislado. “A proposta de reforma trabalhista é um retrocesso porque é baseada na retirada de direitos de empregados de qualquer setor. É balela dizer que não haverá mudança alguma em termos de legislação. Em um país com 12 milhões de desempregados, ao se assinar um acordo, automaticamente abre-se mão de direitos. Com o desemprego, a tendência é que as empresas forcem os funcionários a assinarem acordos que diminuem seus direitos.”

Gimenez acredita que, no setor dos bancos, o primeiro alvo de redução de benefícios trabalhistas surgiria com a legalização do banco de horas. “No caso dos bancários, a jornada diária é de 6h. Porém, nos dias de pico, ou seja, entre os dias 1.º e 10 de cada mês, os funcionários fazem horas extras para vencer a demanda de atendimentos nas agências. Com a mudança na legislação, os banqueiros não precisariam pagar pelo trabalho extra, e sim compensar as horas trabalhadas a mais nos dias de menor movimento. Com medidas assim, é perceptível que a lógica desse gover-

no é a da retirada dos poucos direitos que temos e ainda a do aumento da desigualdade social, sendo que 5% da população é formada pelos mais ricos.”

Para o juiz Germano Siqueira, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho, o momento escolhido para a realização de reformas é incorreto, porque a crise econômica vem sendo utilizada como artifício para convencer a população de que a legislação é que atrapalha a geração de empregos. “É totalmente falso afirmar que a CLT é a culpada pelo desemprego no país. O problema é com a economia, que não está aquecida. Quando o cenário econômico era favorável, ninguém encontrava na CLT o bode expiatório, ninguém se preocupava com a reforma trabalhista.”

Entre os 12 pontos da legislação que podem ser modificados, o magistrado sublinha que a apresentação da jornada trabalhista de 12 horas diárias como algo positivo ao trabalhador é uma ofensa. “Qual vantagem o funcionário teria, além da sobrecarga de atividades em um único dia e a compensação em banco de horas? Nenhuma, apenas o patrão que não precisaria pagar horas extras. Medidas como essa implicam elevar a concentração de renda e capital dos empresários”, reforça o juiz.

Em dúvida quanto aos possíveis prejuízos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí defende que os trabalhadores tenham mais informações a respeito do projeto do governo federal. Ponderado, o presidente Valcir Ascari lembra que os verdadeiros interessados na questão precisam ter um conhecimento maior sobre como as reformas vão causar impactos ao futuro profissional. “Temos quase 13 milhões de desempregados no Brasil, o que não é fruto apenas da crise econômica. A automação industrial também colabora para que isso ocorra, e o sindicato está muito preocupado com esse processo. Orientamos aos operários que se qualifiquem e se preparem para eventuais prejuízos que a nova legislação defendida pelo governo possa lhes trazer.”

O coordenador de Relações do Trabalho e Previdência Social da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), Paulo Vanzetto Garcia, tem outra visão sobre o tema. O também vice-presidente da entidade patronal destaca que a lei foi importante por disciplinar questões trabalhistas no período de industrialização do país. Porém, segundo ele, a CLT hoje cheira a mofo e não acompanhou as modificações do ambiente do trabalho. “As cláusulas da CLT não se sustentam atualmente em função da rigidez, sendo que cada setor empresarial e categoria de trabalhadores tem demandas específicas. Nem falo de cláusulas remuneratórias, como a previsão de garantir o pagamento do 13.º salário e do FGTS. Por exemplo, se você quer fazer uma refeição de meia hora e ir embora mais cedo



para não pegar engarrafamento, não pode. Se tu és minha vendedora, não posso ter um contrato contigo que te pague por produção porque tem de ser assalariada.”

A assinatura de um acordo não é obrigatória, ressalta a gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena. “A negociação coletiva é livre, não é obrigatória. Se

nada for negociado porque o sindicato e os trabalhadores não aceitaram, a legislação continua valendo. É preciso ter em mente que o acordo coletivo não rasga a CLT nem se excluem os direitos dos empregados. O que a negociação coletiva permite é que as partes que desejem negociar possam ajustar condições específicas de trabalho por um determinado período ou circunstância.”

# orma

é uma âncora, uma trava à evolução do próprio trabalho”, ressalta.

**Justiça do Trabalho é contra a reforma** – Apesar do argumento do representante da Fieggs, a Justiça do Trabalho discorda de que a lei brasileira esteja voltada ao litígio. Juízes e promotores defendem que a legislação garante somente os direitos mínimos aos trabalhadores, e a proposta de reforma pode abrir uma brecha, se aprovada em negociação, para que estes ganhem menos que o salário mínimo.

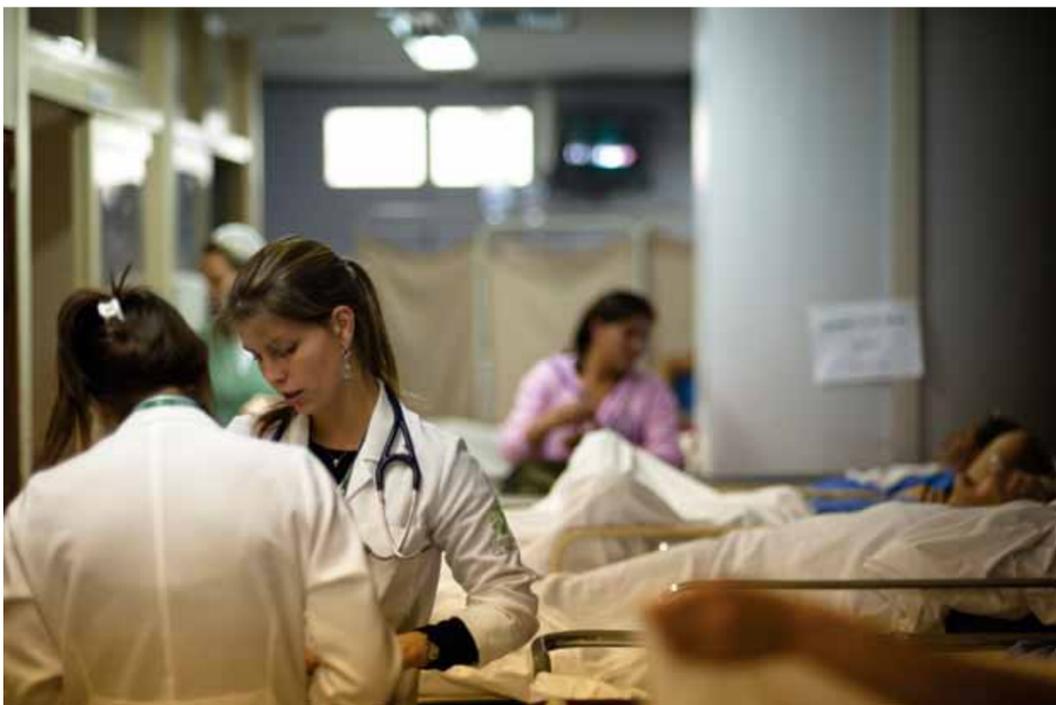
“Esse problema já ocorre com frequência no meio rural, mas a Justiça do Trabalho consegue corrigir. Se a legislação não tiver mais força, isso se torna impossível. Discordo do argumento de legislação litigiosa. Se o número de ações vem aumentando, é porque existem problemas nas contratações”, defende o presidente da Anamatra, Germano Siqueira.

Segundo o Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região (TRT4), o descumprimento das leis trabalhistas permanece em larga escala, tanto que a demanda contestatória cresce a cada ano. Em 2016, a Justiça do Trabalho gaúcha recebeu, no primeiro grau, 195.397 novos processos, volume 5,6% superior ao de 2015. No segundo grau, o ingresso de 73.063 casos novos representou crescimento ainda mais acentuado: 19,7% em relação ao ano anterior.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) se manifestou contra a reforma sob o argumento de inconstitucionalidade. Conforme o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, a falta de discussão prévia sobre o tema é somente um dos problemas da proposição em discussão no Congresso. “A convenção 144 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), cujo documento o Brasil ratificou, exige que alterações nos

direitos trabalhistas sejam precedidas de discussão com a sociedade, o que não aconteceu. Outros motivos são a própria ofensa à dignidade do trabalhador, a precarização dos direitos trabalhistas, a não existência de patamar mínimo de ganho aos trabalhadores, como prevê a Constituição, com a proposta de criação do contrato de trabalho intermitente, o chamado contrato ‘zero hora’. Nele, o trabalhador não sabe se vai trabalhar e, se trabalhar, quanto vai ganhar.”

Sob o contrato zero hora, o funcionário não tem uma jornada laboral preestabelecida, mas é acionado nos momentos de maior movimento de uma loja ou lanchonete. Dificilmente esse trabalhador recebe horas extras ou adicionais noturnos, já que a contratação prevê horários intermitentes. Uma grande rede de fast food vem aplicando esse tipo de emprego, e ações judiciais estão tramitando na Justiça do Trabalho.



**O Ministério Público do Trabalho diz que a reforma ofende a dignidade do trabalhador, precariza os direitos trabalhistas e não prevê um patamar mínimo de ganho, como está no texto da Constituição**

Por outro lado, Paulo Vanzetto considera que trava o investimento no Brasil a insegurança jurídica relacionada à validade dos acordos firmados entre sindicatos e empresas. “Hoje, a legislação é indutora ao litígio. A cada ano, três milhões de novas ações trabalhistas são apresentadas ao judiciário, acarretando um enorme ‘custo Brasil’. Portanto, os empregadores precisam

se cercar de precauções para evitar uma avalanche de ações judiciais contra a empresa. Os investidores, conhecendo essa insegurança e os riscos, acautelam-se e acabam não atendendo aos pedidos dos trabalhadores no ambiente de trabalho ou mesmo não elevando os salários porque precisam cobrir ações trabalhistas. O que antes eram direitos dos trabalhadores, hoje, provavelmente,

# Embate depende dos sindicatos

A criação dos sindicatos tem íntima relação com a industrialização do Brasil a partir do final do século XIX. Com a substituição da mão de obra escrava, as levas de imigrantes europeus trouxeram também as ideias anarquistas ao país. Os anarcossindicalistas defendiam a redução das estafantes jornadas de 12h e até 15h diárias, melhores condições de trabalho e de remuneração. Outras manifestações e grupos ganharam força posteriormente, na virada do século, mas veio da Europa a semente da luta sindical.

Professor da Faculdade de Di-

reito da UFRGS, Leandro Dorneles critica o modelo sindical do país, tornado instrumento do Estado na Era Vargas. “Nosso sistema sindical não é muito representativo porque na origem foi criado para não atuar pelos direitos dos trabalhadores. Foi pensado pelo Estado como instrumento de manobra do capital e dos trabalhadores nos anos 30. Era um período em que o Brasil estava bastante atrasado em termos da economia capitalista e precisava dar uma resposta aos anseios dos trabalhadores que tinham influência internacional de luta trabalhista”, sustenta.

A desaprovação está baseada na Lei de Sindicalização, de 1931, idealizada durante a ditadura da Era Vargas. Conforme o regimento, os sindicatos precisavam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, estavam proibidos de se vincularem a entidades internacionais, assim como era facultativa a celebração de acordos entre os sindicatos patronais e operários. “Nem tudo desse modelo corporativista de sindicato, como um instrumento assistencialista e de cooptação, foi modificado. O modelo sindical do Brasil é muito censurado pela literatura jurídica

e destoante do que é recomendado pela Organização Internacional do Trabalho”, considera o docente especialista na área.

O jurista considera que a estrutura sindical deveria ser modificada antes da aprovação da reforma. Dorneles diz que o financiamento estatal e a contribuição compulsória são resquícios da legislação criada por Vargas. “Sou entusiasta da negociação coletiva, mas antes disso o país precisa de uma reestruturação do modelo sindical. Teoricamente, o sindicato não precisa correr atrás de receita, gerando assim uma burocracia sindical em que os representantes se perpetuam no poder. Então, como exigir atuação efetiva por parte desse tipo de entidade de classe? O sistema é permissivo. Esse seria o primeiro ponto a ser reformado. Claro que algumas categorias poderiam ser fragilizadas inicialmente, mas com o tempo uma cultura histórica seria quebrada. Porém, qualquer proposta de reforma sindical é engavetada.”

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) critica as considerações do docente. Vagner Freitas reconhece que nem todos os sindicatos criados anualmente têm poder de representação, mas a falta deles torna ainda mais frágil a relação dos operários com os patrões. “O sindicato é o instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores, e a contribuição é extremamente necessária, princi-

palmente para as categorias com menor número de representantes. É importante haver incentivo para a atividade sindical, que é desgastante, mas garante a manutenção de direitos do coletivo.”

Conforme dados do Ministério do Trabalho, existem 16.524 sindicatos em todo o país. Desses, 11,3 mil são entidades representativas dos trabalhadores. Nos últimos cinco anos, em média, 470 novos sindicatos foram criados por ano. A contribuição sindical atingiu o valor de R\$ 3,5 bilhões em 2016.

O imposto destinado aos sindicatos foi instituído em 1943 pelo governo Vargas, tendo sido incorporado não somente à CLT como à Constituição Federal de 1988. A contribuição é obrigatória por todos aqueles que integram uma determinada categoria econômica ou profissional, sindicalizados ou não, e por trabalhadores liberais, em favor da entidade representativa. Os valores são divididos entre os sindicatos e a União, sendo que parcela desse montante é utilizada para pagar o seguro-desemprego.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, das 95 milhões de pessoas com dez anos ou mais que exerciam atividades remuneradas em 2015, 18 milhões eram sindicalizadas em 2015. A PNAD inclui as atividades informais também, ou seja, pessoas que trabalham sem representação classista.

FOTO: SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS



Modelo sindical brasileiro recebe críticas, mas presidente da CUT defende que a falta de sindicatos fragilizaria ainda mais a relação entre operários e patrões

## Próximo passo: terceirização

A terceirização das atividades não é uma novidade no Brasil. A contratação de serviços de empresas especializadas em setores como limpeza, conservação e segurança ganhou força, principalmente a partir dos anos 1990. Até então, sempre se garantiu que a atividade-fim não fosse terceirizada conforme a súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ou seja, os caixas e gerentes de um banco são contratados pela instituição bancária ou concursados, no caso dos bancos públicos. Já o serviço de higienização das agências bancárias é terceirizado.

Atualmente, um em cada quatro empregados é subcontratado no Brasil. Com dados de sindicatos de todo o país, um estudo elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com apoio do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que o mercado formal de trabalho era constituído por 26,8% de terceirizados em 2013. Dos 47,4 milhões de trabalhadores formais, 34,7 milhões estavam em setores contratantes e 12,7 milhões em setores terceirizados.

Os empresários defendem que esses números sejam ampliados para modernizar as atividades e agilizar as contratações. O empre-

sariado defende o Projeto de Lei 4.330/2004, que pretende permitir a terceirização inclusive para as atividades-fim das companhias. “Esse projeto de lei prevê a possibilidade de terceirizar tudo em uma empresa. Uma escola poderá não ter professores contratados, e um banco poderá não ter mais bancários. A proposta aumenta as possibilidades abertas na década de 90”, destaca o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Cássio Calvete.

O setor empresarial defende que os trabalhadores subcontratados tenham os mesmos direitos que qualquer outro tipo de funcionário. A gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, acredita que, após apreciação da reforma trabalhista no Congresso, o governo vá retomar o PL da Terceirização. “Defendemos a terceirização porque ela é uma forma de gestão do processo produtivo que não se confunde com intermediação de mão de obra. Com a terceirização, uma empresa contratada vai realizar uma atividade com autonomia técnica com os seus próprios recursos. É muito importante ressaltar que a terceirização não se confunde com precarização do trabalho,



O trabalho terceirizado, em geral, tem alta rotatividade, pouca especialização e maior número de acidentes de trabalho

porque não existem terceirizados sem carteira assinada ou direitos trabalhistas desrespeitados. Os terceirizados são trabalhadores como quaisquer outros, e a legislação trabalhista os protege.”

Já o professor Cássio discorda dos argumentos da CNI. Ele destaca que existe alta rotatividade, pouca especialização e um número muito maior de acidentes de trabalho com

os funcionários empregados por meio da terceirização das atividades. “O terceirizado tem alta rotatividade porque, pela mesma atividade, ele ganha salários muito mais baixos. Percebe-se ainda que esse trabalhador não consegue se organizar em sindicatos e têm menor proteção. A partir de pesquisas do Ministério do Trabalho, é possível constatar que os funcionários subcontratados são

aqueles que mais sofrem acidentes justamente porque têm menor treinamento. Como ficam pouco tempo no serviço, não são devidamente treinados. Aumentando a terceirização, aumenta-se o número de trabalhos precários”, sustenta.

A cada dez acidentes de trabalho, sete ocorrem com funcionários de empresas terceirizados, segundo o Dieese.